

**ANDERSON DA CUNHA BAÍA**

**O ESPORTE NA CONSOLIDAÇÃO E PROPAGAÇÃO DO  
ESPÍRITO ESAVIANO**

Uberlândia – MG  
2006

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

B111e Baía, Anderson da Cunha, 1979-

O esporte na consolidação e propagação do Espírito Esaviano /  
Anderson da Cunha Baía. - 2006.

143 f. : il.

**Orientador: Humberto Aparecido de Oliveira Guido.**

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Educação.

**Inclui bibliografia.**

1. 1. Ensino superior - Viçosa (MG) - Teses. 2. Esportes - Teses. I. Guido, Humberto. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.
- 2.

CDU:

378(815.12)

---

**ANDERSON DA CUNHA BAÍA**

**O ESPORTE NA CONSOLIDAÇÃO E PROPAGAÇÃO DO  
ESPÍRITO ESAVIANO**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Mestrado em Educação da Universidade Federal de Uberlândia como exigência final para a obtenção do título de Mestre em Educação na linha de pesquisa História e Historiografia da Educação, sob a orientação do Prof. Humberto Aparecido de Oliveira Guido.

Uberlândia – MG  
2006

**ANDERSON DA CUNHA BAÍA**

**O ESPORTE NA CONSOLIDAÇÃO E PROPAGAÇÃO DO  
ESPÍRITO ESAVIANO**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Mestrado em Educação da Universidade Federal de Uberlândia como exigência final para a obtenção do título de Mestre em Educação na linha de pesquisa História e Historiografia da Educação, sob a orientação do Prof. Humberto Aparecido de Oliveira Guido.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Humberto Aparecido de oliveira Guido – UFU – Orientador

---

Prof. Dr. Carlos Henrique de Carvalho – UFU

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Andrea Moreno - UFMG

Aos meus pais, Aderbal e Aninha,  
pelo amor, carinho e confiança que  
sempre depositaram em mim.

## AGRADECIMENTOS

Ao professor Dr. Humberto Aparecido de Oliveira Guido, meu orientador, pela liberdade na condução da pesquisa e pelo estímulo durante o desenvolvimento da mesma. Suas sugestões foram importantes para a realização desse trabalho.

Aos professores do Mestrado em Educação da UFU, especificamente aos docentes da linha de pesquisa História e Historiografia da Educação, pelos importantes conhecimentos transmitidos ao longo do curso. Em especial, ao professor Dr. Carlos Henrique de Carvalho, que com seu conhecimento e competência sempre se mostrou solícito a contribuir com a melhoria e desenvolvimento desse estudo.

À professora Dr<sup>a</sup>. Andrea Moreno, orientadora da graduação na Universidade Federal de Viçosa, pelo carinho, atenção, pela disponibilidade e conhecimento que muito me proporcionou e ainda continua a proporcionar.

Aos professores Dr. Décio Gatti Júnior, Carlos Henrique de Carvalho e Andrea Moreno pelo aceite em participar da banca, oferecendo importantes contribuições para a finalização dessa dissertação.

À Universidade Federal de Viçosa por possibilitar o acesso às fontes sem as quais não conseguiria reconstruir um trecho da história da Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV)

Aos amigos (as) do Mestrado da linha de pesquisa História e Historiografia da Educação – Graciane, Kellen, Rosângela, Tâmara, Renata, Suzi, Rosi, Sandro, João Carlos, Rones – com os quais convivi por 1 ano, trocando experiências e conhecimentos que foram fundamentais nessa trajetória. Em especial, agradeço ao amigo Fabrício Valentim da Silva, pela acolhida, pela amizade, pelos debates e contribuições ao longo do desenvolvimento do meu trabalho. A Todos (as), muito obrigado... foi um prazer conhecer vocês!

Aos secretários do programa de Mestrado em Educação – James e Gianni – pela atenção e pelo auxílio sempre atendidos.

Aos meus familiares – tios e tias, primos e primas, e todos os demais – pelo auxílio e pela compreensão ao longo da minha trajetória. Em especial, agradeço aos meus pais, Aderbal e Aninha, e a meu irmão, Leandro, por terem tornado tudo isso possível, pois com muito amor, confiança, esperança e sacrifício, sempre me apoiaram e se dedicaram ao máximo para que meus objetivos fossem alcançados.

À Minha namorada Elise e ao meu amigo Anderson Porfírio, que por diversas vezes se prestaram a escutar as dificuldades e avanços encontrados durante a realização da pesquisa, sempre me incentivando e aconselhando ao longo desses dois anos.

A Todos (as), muito obrigado...

Ninguém morre tão pobre que não deixa algo para trás, no mínimo ele deixa reminiscência que nem sempre encontra herdeiro.

Walter Benjamim (1993)

## RESUMO

Esta dissertação está situada na área da História e Historiografia da Educação, contemplando a história das instituições de ensino, especificamente com o propósito de analisar o papel do esporte na consolidação e propagação do Espírito Esaviano na Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (ESAV), que posteriormente tornou-se Universidade Federal de Viçosa (UFV). O Espírito Esaviano e o esporte são os temas desta dissertação. O trabalho de pesquisa confirmou a existência de algumas práticas – reuniões gerais, publicação de periódicos, realização de festas e incentivo ao esporte – como forma de materializar o Espírito Esaviano na instituição – uma tradição inventada – buscando a homogeneização dos diferentes discursos e ações existentes no meio acadêmico. A realização da pesquisa serviu-se das fontes documentais – periódicos da época – Revista Seiva, Jornal O Bonde e Jornal de Viçosa; documentos históricos – livros de 1939, atas, estatuto, regulamentos da instituição; literatura da área; e fontes iconográficas. As fontes indicam que a instituição nasceu em meio a uma diversidade cultural muito grande, devido à presença de professores, alunos e funcionários de várias partes do Brasil e do exterior. Essa diversidade aponta para a existência de diferentes comportamentos, hábitos, aspirações, ações e valores. Por isso, a ESAV lançou-se na tarefa de criar um sentimento de unidade, identidade, engajamento. Ficou evidente que a intenção da instituição, de início, não era a formação de uma identidade nacional; mas uma identidade local, institucional, para que discentes, docentes e demais funcionários contribuíssem com o melhor que pudessem para engrandecer o nome da ESAV. É nesse contexto que a função do Espírito Esaviano na instituição se desenvolvia: formar as almas esavianas. Esse espírito transitava pela instituição com o objetivo de formar moralmente todos que faziam parte da Escola, propagando valores – tais como solidariedade, amor à instituição, honestidade, liderança, humildade – que se constituíam em alicerces para a formação que a Escola acreditava ser importante para o profissional que estava sendo preparado. O esporte veio contribuir para a disseminação desse espírito, entretanto nem todas as práticas esportivas estavam alinhadas com os objetivos da instituição. Encontrei três grupos de atividades físicas na instituição: Esporte Moderno, Jogos Modernos e Jogos Tradicionais, sendo que as que ocuparam lugar de destaque foram aquelas que mais aproximavam dos valores modernos almejados pela Escola, já que a mesma surge para ser símbolo de progresso no campo agrário. Nessa esteira, os esportes modernos foram os mais incentivados e praticados na instituição; seguidos pelos jogos modernos, os quais serviam para descansar os alunos do trabalho intelectual que a instituição transmitia através das disciplinas da grade curricular. Os jogos populares não encontraram o seu lugar para serem praticados, ficando por muito tempo restrito às atividades recreativas durante os feriados nacionais; também os jogos de azar foram determinantemente proibidos por regulamento, provavelmente por incitar a trapaça que não fazia parte dos valores almejados pela Escola. Contudo, no decorrer da pesquisa fica patente que o Esporte e o Espírito Esaviano não atuavam isoladamente, mas existia uma íntima relação quanto aos princípios que eram fomentados em ambos. Valores como cooperação, honestidade, liderança, defesa das cores da instituição perpassavam as discussões encontradas nas fontes, seja quando se refere ao Espírito Esaviano, seja quando se refere ao Esporte, fortalecendo as ações e aspirações dos esavianos na consolidação da instituição.

Palavras-Chave: Esporte, ESAV, Espírito Esaviano, Identidade.

## ABSTRACT

This dissertation is placed in the area of the History and Historiography of the Education, it contemplates the history of the teaching institutions with the purpose of analyzing the function of the sport in the consolidation and propagation of the Esaviano Spirit in the High School of Agriculture and Veterinary (ESAV), located in Viçosa/MG, that later on became Federal University of Viçosa (UFV). The Esaviano Spirit and the sport are the themes of this dissertation. The research confirmed the existence of some practices - general meetings, publication of newspapers, accomplishment of parties and incentive to the sport - as form of materializing the Esaviano Spirit in the institution - an invented tradition - looking to homogenize the different speeches and existent actions in that academic middle. The accomplishment of the research served of documental sources - newspapers of the time - Reviewed "Seiva", Newspaper "O Bonde" and "Newspaper of Viçosa"; historical documents - books of 1939, proceedings, statute, regulations of the institution; literature of the area; and images, mainly pictures. The sources indicate that the institution was born amid a big cultural diversity, due to presence teachers, students and employees of several parts of Brazil and of the exterior. With that cultural diversity, we have different behaviors, habits, aspirations, actions, virtue. That ESAV engaged in the task of creation of a unit feeling, identity. It was evident that the intention of the institution, at the beginning, was not the formation of a national identity, but the creation of the identity place, institutional identity, so that students, teachers and other employees contributed with the best than they could to enlarge the name of ESAV. It is in that context that Esaviano Spirit function in the institution was developed: to form souls esavianas. The Esaviano Spirit diffused for the institution with the function of forming morally everybody that were part of the School, spreading virtue - such as solidarity, love to the institution, honesty, leadership, humility - that constituted in bases for the formation that the institution believed to be important for the professional that was being prepared. The sport came to contribute for the popularization of that spirit, however nor all the sporting practices were aligned with the objectives of the institution. I found 3 groups of physical activities in the institution: Modern sport, Modern Games and Traditional Games, and the ones that occupied prominence place were those that more they approached of the modern virtue longed for by the School, once the same appears to be symbol of progress in the agrarian area. Thus, the modern sports were the most motivated and practiced in the institution; proceeded by the modern games, which were used to rest the students of the intellectual work that the institution transmitted through the disciplines of the curriculum. The popular games didn't find its place for they be practiced, being for restricted a lot of time to the recreational activities during the national holidays; already the bad luck games were prohibited by regulation, probably for inciting the fraud that was not part of the virtue longed for by the School. However, in elapsing of the research it is patent that the Sport and the Esaviano Spirit didn't act separately, but existed a relationship between those two. Virtue as cooperation, honesty, leadership, defense of the colors of the institution, they were virtue that passed through the discussions found in the sources, be when they refer to Esaviano Spirit, be when they refer to the Sport, strengthening the actions and aspirations of the esavianos in the consolidation of the institution.

word-key: Sport, ESAV, Esaviano Spirit, Identity

## LISTA DE FIGURAS/FONTES

	Pág
Figura 1 – Charge de D. Pedro II, nas nuvens, observando a distante realidade.	31
Figura 2 – Henrique Bernadelli retrata Deodoro no momento da Proclamação da República.	33
Figura 3 – Alojamento dos alunos	66
Figura 4 – Prédio principal “Arthur da Silva Bernardes” em construção, na década de 1920	68
Figura 5 – Partida de Basquete entre Instituto Gammon e ESAV na década de 30.	100
Figura 6 – Partida de Voleibol na ESAV na década de 30	101
Figura 7 – Treinamento da Equipe feminina de Vôlei da ESAV na década de 30.	101
Figura 8 – Equipe de Tênis da ESAV	102
Figura 9 – Equipe de futebol da ESAV	102
Figura 10 – Corrida de velocidade na ESAV na década de 30.	103
Figura 11 – Grupo de nadadores da ESAV na década de 30	103
Figura 12 – Corrida de Bicicleta na ESAV na década de 30	104
Figura 13 – Briga de Galo	104
Figura 14 – Partida de Sinuca na ESAV na década de 30	105
Figura 15 – Briga de Travesseiros na ESAV na década de 30	105
Figura 16 – Corrida do Ovo na ESAV na década de 30.	106
Figura 17 – “Tourada” na ESAV na década de 30	111
Figura 18 – Quadras de basquete	115

Figura 19 – Pista de Atletismo	115
Figura 20 – Vista parcial da quadra de Vôlei, Basquete e Pista de Atletismo	116
Figura 21 – Quadra de Tênis da ESAV na década de 30	116
Figura 22 – Campo de Futebol na década de 30, localizado ao lado do prédio principal	117
Figura 23 – Lagoa onde aconteciam as provas de natação	119
Figura 24 – Aula de Educação Física, com o instrutor Kümmel, em 1934.	124

## SUMÁRIO

	Pág.
DEDICATÓRIA	
AGRADECIMENTOS	
EPÍGRAFE	
RESUMO	
SUMÁRIO	
INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 – A Escola Superior de Agricultura e Veterinária na Primeira República	30
1.1 Primeira República (1889-1930): Período de “caos” e “instabilidade”	30
1.2 O Cenário Educacional na Primeira República	43
1.3 A Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (1926-1948)	49
CAPÍTULO 2 – Espírito Esaviano: “Formador de Almas”	70
CAPÍTULO 3 – Esporte: “Escola de Civismo, Educação e Saúde”	92
3.1 Origem e consolidação do esporte na ESAV: entre resistências e permanências	98
3.2 A Organização Esportiva na ESAV	114
3.3 Esporte e Espírito Esaviano	122
CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
REFERÊNCIAS	140

## INTRODUÇÃO

Com esta pesquisa pretendo investigar o papel do esporte na consolidação e propagação do Espírito Esaviano na Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (ESAV)<sup>1</sup>. Busco, ao mesmo tempo, compreender qual a contribuição de ambos na projeção da instituição em âmbito nacional. Mas, qual minha relação com o Espírito Esaviano e com o esporte? Por que esses dois elementos me chamaram a atenção? Tudo é fruto da minha formação acadêmica...

O interesse pelo objeto de pesquisa foi se construindo ao longo da minha trajetória de pesquisa enquanto aluno da Universidade Federal de Viçosa. No segundo ano de graduação, fui convidado a ingressar no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), com o projeto intitulado: “A Educação Física no Colégio de Viçosa (1944-1980): um olhar para a história”. Começava nesse momento meu envolvimento com o campo da História.

Percebi nesse momento, como escreve Foucault apud Hunt (1992), que a História é um importante instrumento que perturba o que antes se considerava imóvel, que fragmenta o que se acreditava unificado, que demonstra a heterogeneidade daquilo que se imaginava coerente em si mesmo, que não há verdade absoluta na história, os resultados são construções que devem se aproximar do real, mas que são provisórias, versões da história, são temporais. Tempo, que como lembra Benjamim (1993), é fundamental para se contar a história, porque

---

<sup>1</sup> A Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV) surgiu em 1926 permaneceu com esta denominação até 1948, quando passou a ser chamada de Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG). Em 1969 a UREMG se federalizou, passando a ser Universidade Federal de Viçosa (UFV), como é denominada atualmente.

contar histórias sempre foi a “arte de contá-las de novo”, e quando paramos de contá-las estas se perdem e são esquecidas no tempo.

Pude perceber, como diz Carr apud Goellner (1992), que os fatos não vêm as nossas mãos sem uma investigação, sem uma busca pelas fontes nos locais onde há maiores possibilidades de encontrá-las:

[...] os fatos não se assemelham aos peixes expostos na banca do comerciante. Assemelham-se aos peixes que nadam no oceano imenso e muitas vezes inacessíveis; o que o historiador apanhará depende em parte do acaso, mas sobretudo da região do oceano que tiver escolhido para a sua pesca e da isca de que se serve. Estes três fatores são, evidentemente, determinados pelo tipo de peixes que se propõe apanhar. Em geral, o historiador obterá o tipo de fatos que deseja encontrar.

A busca incessante das fontes nos arquivos da 33ª Superintendência Regional de Ensino de Ponte Nova/MG, no próprio Colégio de Viçosa e nas fontes orais, despertou-me uma sedução pela historiografia que foi fundamental para a conclusão do estudo. Finalizada a pesquisa, não imaginava mais minha atuação na pesquisa fora da área da História da Educação Física.

Já envolvido pelo campo historiográfico, iniciei uma segunda pesquisa na Educação Física, denominada: “O Departamento de Educação Física da Universidade Federal de Viçosa – a história e as histórias”. Essa investigação trouxe dificuldades já apontadas pela historiografia que não foi encontrada no primeiro estudo. Estava investigando um departamento em pleno funcionamento e que a maioria dos atores da história que estava sendo reescrita ainda pertencia a esta comunidade, com vínculo funcional.

No caso específico desta pesquisa, visto minha identidade com o fenômeno estudado, foi necessário estabelecer uma vigilância constante, pois, de certa forma, "eu mesmo" fazia parte da observação, como afirma Minayo (1994, p.14):

A pesquisa nessa área [ciências humanas e sociais] lida com seres humanos que, por razões culturais, de classe, de faixa etária, ou por qualquer outro motivo, têm um substrato comum de identidade com o investigador, tornando-os solidariamente imbricados e comprometidos, como lembra Lévi-Strauss (1975): 'Numa ciência, onde o observador é da mesma natureza que o objeto, o observador, ele mesmo, é uma parte de sua observação'.

Portanto, eu, como pesquisador, também era acadêmico deste departamento; tendo que trabalhar o estranhamento, o distanciamento como forma de deformar o mínimo possível o resultado encontrado.

Fruto desse estudo tive o contato com um *locus* que foi o marco inicial para que chegasse ao estudo do objeto presente nessa dissertação: trata-se do Arquivo Central e Histórico (ACH) da UFV. Nele, encontrei fontes que me aguçaram ainda mais a vontade de analisar e compreender acontecimentos, fatos, indivíduos que constituíram a ESAV. Em particular, me deparei com uma Revista, intitulada “Seiva”, que não foi fonte dessa pesquisa, mas foi o ponto de partida para a terceira pesquisa de Iniciação Científica.

Já em meados de 2003 iniciava uma terceira investigação, a qual buscava analisar “a vida esportiva na Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (1926-1948)”. Nessa nova incursão no ACH da UFV, tive contato, além da Revista “Seiva”, com o Jornal “O Bonde”, os quais me deram indícios, traços, vestígios que permitiram a reconstrução de uma versão da vida esportiva esaviana.

Contudo, o contato com esses dois periódicos na última pesquisa enquanto discente, me levou a perceber dois fatos importantes: 1) a força que o esporte adquiria dentro da instituição, sendo institucionalizado como obrigatório e muito incentivado pela direção da Escola; 2) O teor ufanista que a concepção de “Espírito Esaviano” adquire nas páginas dos periódicos e nos livros históricos do período. Tais fatos me instigaram algumas questões no momento: como surgiram? como se propagaram? como se enraizaram? e quais as contribuições deles na consolidação da instituição no momento?. Comecei, também, a pensar

na existência de uma relação entre Espírito Esaviano e Esporte e em que contribuíram na projeção nacional e internacional que a instituição conseguiu nesse momento histórico.

Com o projeto inicial de mestrado, centrado no Espírito Esaviano e no esporte, ingressei no mestrado em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. As disciplinas que cursei me mostraram uma série de autores do campo histórico e educacional que contribuíram muito para que pudesse perceber melhor a relação do meu objeto com a sociedade. Nessa caminhada, orientador, professores do programa de mestrado, professores de outras instituições e os colegas que participavam das disciplinas da linha de pesquisa História e Historiografia da Educação foram fundamentais para que escolhesse de forma mais criteriosa as teorias que seriam o “óculos” necessário para fazer as fontes falarem.

Para construir essa pesquisa, assim como as que desenvolvi enquanto graduando na UFV, segui os traços da história cultural. Essa área de estudo ganha maior vulto quando, motivados por uma “abertura” do campo conceitual de diferentes áreas, os pesquisadores viram possibilidades de estudar a sociedade não só pelas relações econômicas e de classe (“macro”) que a engendravam, mas também através de relações do espaço “micro”.

Esse movimento começa a desenhar uma nova forma de olhar o contexto social, fixando-se nos sujeitos, em seus rituais, nas suas tradições, nas suas instituições. Essa nova maneira de olhar a história – na tentativa de melhor entendê-la e construir possíveis explicações — trouxe consigo a valorização acentuada de alguns aspectos subjetivos, daquilo que permeia as relações sociais, isto é, os desejos, as intenções, os gostos, as preferências, os sonhos e a imaginação como possibilidades de se concretizarem como fontes quando confrontadas com as linhas da macro história. A nova tendência da historiografia permite a refutação dos determinismos, das explicações meramente economicistas, dando lugar ao

“sensível”<sup>2</sup> (MORENO, 2001). Passa a ser importante não só o que foi dito e feito, mas também o que foi desejado e reprimido.

Na esteira da história cultural, temos um incremento de estudos não só sobre a instituição escolar como um todo, mas especificamente sobre a cultura escolar. Percebe-se que esse espaço, porque vivido por pessoas e suas relações (com o outro, com o poder, com a arquitetura, com o saber, etc), é privilegiado para entendermos a sociedade. Como parte dela, produz e reproduz a trama social mais ampla. Chartier (1990, p.16-17) nos mostra que “a história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler”.

Portando, para compreender o Espírito Esaviano e o esporte como partes importantes da ESAV, me ancorei na Cultura Escolar como categoria de análise. Vidal (2005) vem mostrando que existem vários autores tratando de cultura escolar no campo da história educacional; por isso, me baseio em três autores fundamentais que discutem sobre esse assunto: Antonio Viñao Frago, Dominique Juliá e Luciano Mendes de Faria Filho. Para Dominique Juliá (2001, p.10-11), a cultura escolar é:

um conjunto de normas que definem conhecimentos e ensinamentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização)

Nesse sentido, cultura escolar é um conjunto de normas que definem conhecimentos e condutas a inculcar e as práticas que permitem a transmissão e incorporação desses comportamentos. Para Viñao Frago (1995, p.68-69), cultura escolar tem um sentido mais amplo, entretanto, as duas definições não se excluem, mas se complementam.

---

<sup>2</sup> Confira o desenvolvimento desse tema principalmente nos três primeiros capítulos.

incluye prácticas e conductas, modos de vida, hábitos y ritos – la historia cotidiana Del hacer escolar – objetos materiales – función, uso, distribución en el espacio, materialidad física, simbología, introducción, transformación...-, y modos de pensar, así como significados e ideas compartidas. Alguém dirá: todo. Y si, es cierto, la cultura escolar es toda la vida escolar: hechos e ideas, mentes e cuerpos, objetos e conductas, modos de pensar, decir y hacer. Lo que sucede es que en este conjunto hay algunos aspectos que son elementos organizadores que la conforman y definen. De entre ellos elijo dos los que he dedicado alguna atención en los últimos años: el espacio e el tiempo escolares. Otros no menos importantes, como las prácticas discursivas y lingüísticas o las tecnologías y modos de comunicación empleados, son ahora dejados a un lado. Estas tres dimensiones o aspectos – el espacio, el tiempo y el lenguaje o modos de comunicación – afectan al ser humano de lleno, en su misma conciencia interior, en todos sus pensamientos e y actividades, de modo individual, grupal y como especie en relación con la naturaleza de la que forma parte. Conforman su mente y sus acciones. Conforman y son conformados, a su vez, por las instituciones educativas. De ahí si importancia.

Cultura escolar, no sentido de Viñao Frago passa a ser tudo que ocorre no âmbito escolar, fato que remete para um alargamento das possibilidades de pesquisa no campo da cultura escolar. Portanto, para Faria Filho (2002), essa ampliação no entendimento de cultura escolar representada no conceito de Viñao Frago vai permitir novas abordagens de pesquisa, articulando o tempo mais longo e a dimensão macro dos processos de escolarização com os tempos curtos e a dimensão micro das práticas escolares.

Logicamente não tenho a pretensão de estudar toda cultura escolar esaviana, mas o Espírito Esaviano e esporte, buscando compreender suas contribuições para o fortalecimento da instituição; a qual foi pensada e construída na segunda década do século XX, numa pequena cidade mineira – Viçosa - com o intuito de ser um ícone no campo da ciência agrária no Brasil.

Para isso, Arthur da Silva Bernardes<sup>3</sup>, contratou o professor norte americano Peter Henry Rolfs, com a função de fundar, organizar e dirigir a nova Escola. Com profundo conhecimento no campo agrário nos Estados Unidos, Rolfs teve a tarefa de implantar na ESAV um modelo agrícola moderno, sustentado pelos métodos científicos pragmáticos dos

---

<sup>3</sup> Arthur da Silva Bernardes, então, o Presidente de Minas Gerais, cargo que equivale hoje ao de Governador de Estado.

*Land Grant Colleges*<sup>4</sup> norte-americanos, os quais proporcionariam um grande progresso para a agricultura local, regional e nacional.

Pensando na excelência do ensino que deveria caracterizar o funcionamento desta instituição, a Escola foi povoada em seu início por professores de diferentes partes do mundo e do Brasil<sup>5</sup>; além de funcionários e alunos que vieram de diferentes partes do país, além daqueles residentes no município de Viçosa. Podemos pensar nesse ambiente, como propõe Ginzburg (1998), a existência de uma *circularidade cultural* que permitiu a introdução e apropriação de novos costumes, valores, hábitos, atitudes, comportamentos e também novas práticas, dentre elas, as esportivas.

Com intuito de consolidar essa instituição que estava nascendo, portadora de uma grande diversidade cultural, sentiu-se a necessidade de criar um sentimento de pertencimento à instituição, uma identidade – não nacional, mas local, para que todos pudessem contribuir dando o melhor de si para o progresso da instituição, fazendo-a reconhecida nacionalmente e internacionalmente. Baseado em Carvalho (1998), percebi que a construção de uma identidade coletiva é fundamental para se construir uma comunidade política, sendo desta forma, o cimento necessário para que as pessoas lutem em prol de um objetivo comum.

Nesse contexto surge o *Espírito Esaviano*, uma *tradição inventada* (HOBSBAWM, 1997)<sup>6</sup> como forma de homogeneizar os discursos e ações de alunos, professores e funcionários; de modo que todos lutassem em prol do mesmo objetivo – era necessário “formar a alma” do esaviano<sup>7</sup>. Lançada a empreitada de formar esse espírito, várias práticas vão surgir ou ser incentivadas no sentido de materializá-lo, tais como: apoio às

---

<sup>4</sup> Sobre os Land Grant Colleges, confira em BAÍA (2005b).

<sup>5</sup> Ver mais sobre esse tema em Baía et al (2005a).

<sup>6</sup> Hobsbawn (1997, p.09) entende tradição inventada como sendo “um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado”.

<sup>7</sup> As fontes vão assinalar a tentativa de divulgar uma *representação* (CHARTIER, 1990) do papel na sociedade e na instituição do que deveria ser um esaviano – seja funcionário, professor ou aluno, buscando evitar possíveis “desvios” de ações.

reuniões gerais, publicação de periódicos – Revista Seiva e Jornal O Bonde, oferecimento de várias festas e o incentivo ao esporte.

O esporte foi uma prática importante de divulgação da moral propagada pelo espírito esaviano. Institucionalizado como obrigatório na ESAV, o esporte buscava cumprir o papel de divulgador dos valores morais esperados pela instituição. Entretanto, o movimento de institucionalização do esporte traz questões interessantes, como a exclusão de algumas práticas corporais que não se alinhavam com o modelo de instituição que a Escola queria formar, assim como o incentivo das práticas corporais ligadas à modernidade, à formação do novo homem que o momento histórico e social da instituição almejava.

Compreendendo a importância do esporte e do Espírito Esaviano na constituição da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, no período de 1926 a 1948<sup>8</sup>, tenho como objetivo geral: Investigar o papel do esporte na consolidação e propagação do Espírito Esaviano.

Como objetivos específicos, busco: 1) Analisar a inserção da ESAV na sociedade educacional do momento; 2) Compreender o surgimento do Espírito Esaviano e sua função na instituição; 3) Compreender a institucionalização e desinstitucionalização de práticas esportivas na ESAV; 4) Compreender a função do esporte na instituição; 5) Analisar a relação entre Espírito Esaviano e esporte; 6) compreender a importância do esporte na materialização do Espírito Esaviano; 7) Compreender o Espírito Esaviano como dispositivo fundamental na consolidação da ESAV.

Para dar conta de contemplar os objetivos propostos, me ancorarei em responder algumas perguntas, a saber: 1) O que vem a ser Espírito Esaviano e como foi propagado na

---

<sup>8</sup> É importante ressaltar que o período analisado inicia-se em 1926 porque é o momento que a instituição é inaugurada, e termina em 1948 por se fazer o momento que a instituição muda de denominação, passando de ESAV (Escola Superior de Agricultura e Veterinária) para UREMG (Universidade Rural do Estado de Minas Gerais). Entretanto, utilizo fontes que ultrapassam o período analisado por considerar que o Espírito Esaviano não se extinguiu com a mudança do nome da instituição.

ESAV? 2) Como e quais práticas esportivas foram autorizadas e como e quais práticas esportivas foram desinstitucionalizadas? 3) Qual a função do esporte dentro da instituição? 5) Como se dava a relação entre Espírito Esaviano e esporte? 4) Qual a contribuição do Esporte na consolidação e propagação do Espírito Esaviano? 5) Como o esporte e Espírito Esaviano atuaram na consolidação da ESAV?

Portanto, nessa dissertação o caminho percorrido foi sempre tateante, pois em pesquisas históricas queremos compreender e não comprovar. Sendo assim, não trabalhei com normas já construídas a priori, ao contrário, elaborei princípios, refleti sobre eles, ratifiquei caminhos, abandonei vias, percorri outras consideradas mais privilegiadas. Assim, a idéia de devir, no sentido de que qualquer conhecimento é construído e aproximado, caminha lado a lado nos procedimentos aqui desenvolvidos. Significa dizer que o fenômeno estudado, e os "resultados" obtidos, refletem um tempo e um contexto - presente e específico - mas, obviamente marcado pelo passado e projetado para o futuro. Justamente por isso, revestido de provisoriade, de dinamismo, de movimento: *histórico*, enfim (MINAYO, 1994).

Para dar conta desta empreitada apoiei-me em um método, num rigor, entendido aqui não como obediência a determinados parâmetros, mas como uma lógica que orientou a construção do conhecimento, como um caminho científico. Encontrei esse suporte no paradigma indiciário de Ginzburg (1999), que assemelha a tarefa do historiador à do investigador Sherlock Holmes, que descobre o autor do crime baseado em indícios imperceptíveis aos olhos da maioria.

Trata-se de um método interpretativo, centrado nos resíduos, nos dados "marginais", que busca o subliminar, o que está além do que foi dito, não compreendendo o mundo como uma cópia do real. Apresenta um rigor, que para Ginzburg (1999, p.179), nas ciências humanas, não deve aprisionar a capacidade interpretativa do historiador: "Ninguém aprende o ofício de conhecedor ou de diagnosticador limitando-se a pôr em prática, regras

pré-existentes. Nesse tipo de conhecimento entram em jogo (diz-se normalmente) elementos imponderáveis: faro, golpe de vista, intuição”.

Para Pesavento (2005, p.65) esse método tem uma relação com o método da montagem de Benjamim, que compreende a função do historiador como a de quem monta um quebra cabeça, compreendendo as relações entre as diferentes peças encontradas. Para a autora, “Montar, combinar, compor, cruzar, revelar o detalhe, dar relevância ao secundário, eis o segredo de um método do qual a História se vale, para atingir os sentidos partilhados pelos homens de um outro tempo”.

Para se valer dos indícios, dos vestígios como forma de descobrir fatos e acontecimentos na história, é necessária uma ampla base de conhecimentos para facilitar as inter-relações entre o que é encontrado, como nos mostra Pesavento (2005, p.66): “Se há um capital próprio à formação do historiador é justamente este: ter um volume de conhecimentos disponíveis para serem aplicados e usados, dando margem a uma maior possibilidade de conexões e inter-relações”.

No mais, é necessária uma descrição densa dos fatos, aprofundando na análise, explorando suas possibilidades interpretativas, fazendo-as falar. Para Pesavento (2005, p.67) “O documento se converte em prova de argumentação do historiador e é a partir de tais provas que se encaminha a demonstração explicativa da História, dando a ver o como foi do acontecido”. Nesse sentido Lopes (1996) afirma que as fontes, independentes de sua natureza, variedade e valor, são apenas uma espécie de matéria prima a ser utilizada pelo historiador, sendo, portanto, uma condição necessária mas não suficiente.

Esses parâmetros da pesquisa histórica, encontrados no paradigma indiciário descrito por Ginzburg (1999) me auxiliaram na compreensão das fontes, as quais se dividem em dois grupos: 1) Fontes documentais e 2) Fontes Iconográficas.

As fontes documentais são: Revista “Seiva”, Jornal “O Bonde”, Jornal “Cidade de Viçosa”, livros históricos, folhetins, discursos, livro de atas e regimentos.

#### 1 – A Revista Seiva

Esse periódico inaugurou-se em Agosto de 1940, com publicações trimestrais. Perdurou até Agosto de 1985<sup>9</sup>, quando a instituição já atendia por Universidade Federal de Viçosa. Encontra-se compactado em forma de livro no Arquivo Central e Histórico da UFV, sobre a qual trabalhei com os exemplares que compreendiam o período analisado. Nesse momento, mostrava-se um importante meio de divulgação dos estudantes, sendo coordenado pelos alunos e tendo como redatores, alunos e professores da instituição.

Averiguando o “corpo” de matéria da revista, pode-se perceber que nos anos 40 a revista mantinha um perfil eclético, encontrando sessões variadas que tratam dos mais diversos temas, tais como: estudos, literatura, sociais, parte esportiva, fotos dos formandos, anúncios sobre dia do Soldado, dia do Estudante, dia do Calouro, Semana do Fazendeiro, entre outras notícias.

Com o passar do tempo, mais especificamente nos anos 50, há uma modificação do perfil da revista, a qual passa a oferecer mais artigos “científicos”, relegando a segundo plano (em número de anúncios) as divulgação de notas, comentários, notícias, datas comemorativas etc. Nesse processo de “cientificização” das matérias da revista, em meados da década de 50, chega-se a excluir a sessão esportiva<sup>10</sup>.

Essa trajetória de mudança quanto ao conteúdo da revista, que vinha se dando de forma gradual, concretiza-se nos anos 70, apresentando em seus exemplares somente artigos científicos escritos por professores. Tudo isso nos leva a crer que a revista vai se

---

<sup>9</sup> Estas revistas encontram-se disponíveis para pesquisa no arquivo central e histórico da Universidade Federal de Viçosa.

<sup>10</sup> Em 1953 foi encontrado o penúltimo exemplar contendo a sessão esportiva. De 1953 até 1958 não existiu exemplar com a parte esportiva, sendo em 1958 o último anúncio sobre a prática esportiva, na já UREMG.

“formalizando” no transcorrer das décadas, atingindo os padrões da racionalidade científica que a modernidade já assinalava desde o início da construção da instituição.

### 1.2 – Jornal O Bonde

Esse periódico iniciou suas atividades em Setembro de 1945, com publicações semanais. Trabalhei com os exemplares que tratavam do período esaviano, os quais se encontram no Arquivo Central e Histórico da UFV compactados em forma de livro.

Todas as edições traziam em na sua página inicial o objetivo pelo qual foi fundado: “Órgão Informativo, Cultural, Crítico, Humorístico dos Alunos da ESAV”. Assim como a Revista “Seiva”, trata-se de um órgão dirigido pelos alunos esavianos. Sua publicação era semanal, pela imprensa universitária<sup>11</sup> e distribuído aos sábados, para os alunos assinantes.

Tal periódico caracterizava-se como mais “informal” que a revista “Seiva”, apresentando-se com uma menor organização das suas páginas, sem presença de artigos científicos. Era constituído por textos humorísticos, confeccionados – na sua quase totalidade – pelos alunos esavianos. Esses textos tinham como inspiração a prática esportiva, as aulas, as idas ao centro de Viçosa (já que moravam na própria instituição), as cartas de namoradas recebidas e que chegavam às mãos dos colegas de quarto, etc.

A crítica fazia parte das folhas do “Bonde”, especificamente na parte esportiva, denunciando os jogadores “mascarados”, sem garra, as derrotas nas competições municipais, etc. Atacavam também problemas encontrados na instituição, tais como problemas no refeitório, nos alojamentos, com os professores, entre outros.

A parte cultural também estava presente nas páginas do periódico, sendo veículo de circulação de existência de bailes, de eleição de rainha dos esavianos, de festas que aconteciam em feriados. Além de divulgar, era o local onde se disseminavam fatos

---

<sup>11</sup> A imprensa universitária localizava-se no edifício Arthur Bernardes – prédio principal da instituição, no campus da atual UFV.

interessantes que aconteciam em cada evento. Tratava-se de um local onde qualquer esaviano poderia expressar suas indignações, suas frustrações, seus agradecimentos.

Cabe ressaltar que esse periódico passou por momentos difíceis ao longo de sua trajetória, dificultando sua impressão, que vão desde a falta de recursos por número reduzido de assinantes, até a censura do periódico por criticar fatos da ESAV. Esta censura consistiu no boicote da impressão dos periódicos pela imprensa da ESAV, onde os diretores do jornal, sem perderem tempo, passaram a publicar tais exemplares numa gráfica do centro de Viçosa, não deixando morrer os objetivos que fizeram com que tal periódico nascesse.

Desta forma, percebemos nas páginas dos dois periódicos – Revista “Seiva” e Jornal “O Bonde” - a importância dos textos que trazem, mostrando uma visão discente sobre o cotidiano da vida esaviana, incluindo a prática esportiva nesta Escola.

### 1.3 Jornal “Cidade de Viçosa”

Apreciei também um outro periódico - Jornal Cidade de Viçosa - publicado semanalmente, que compreendeu o período de 1923 a 1928. Esse periódico estava em poder do viçosense Antônio de Oliveira Mello.

Editado pelos cidadãos viçosenses, sem vínculo direto com a ESAV, nos revela como aconteciam as práticas esportivas e educativas num período anterior à criação da ESAV. Foi fundamental esse periódico para que compreendesse a influência estrangeira na disseminação de práticas – especificamente as esportivas - na instituição.

Esses três periódicos me permitem retratar o Espírito Esaviano, a vida esportiva e educacional da ESAV, sendo que os dois primeiros retratam a opinião discente, dando voz a um grupo que nem sempre tem a sua versão registrada. Também estou utilizando outras fontes escritas, tais como: livros históricos, folhetins, discursos, livro de atas, regimentos, portarias, entre outros que veiculem versões “oficiais”.

## 2 – Fontes Iconográficas

Trabalhei, especificamente, com fotografias. As pesquisas na iniciação científica me possibilitaram colher uma série de fotografias relacionadas ao objeto que venho pesquisando nessa dissertação. Tais fotos estão compactadas em forma de CD, com aproximadamente 150 unidades, permitindo-me um olhar que indica traços importantes da vida educacional e esportiva. Além desse arquivo pessoal, existe uma série de outras fotografias no Arquivo Central e Histórico da UFV que estão sendo organizadas por graduandos dos cursos de História e Comunicação Social, tornando mais fácil o acesso e reconhecimento de certos momentos e de fatos históricos.

Essas fontes foram tratadas através de princípios do método proposto por Ginzburg (1999), analisadas, como em toda pesquisa histórica, ao longo de todo processo de pesquisa, através de constantes cruzamentos e sínteses, realizadas através de: mergulho nos dados coletados através das fontes, procurando dali determinar indícios importantes para compreender o objeto; cotejo com a literatura, buscando compreender a inserção do objeto num contexto mais amplo; e, cruzamento de fontes, suscitando um diálogo entre fontes documentais, iconográfica e literatura da área; permitindo compreender a relação entre Espírito Esaviano e esporte, além de sua importância na constituição do nome esaviano nacionalmente.

Contudo, essa dissertação é um convite à compreensão da ação do Espírito Esaviano e do esporte na Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa como contribuintes na formação do aluno, refletindo na consolidação da instituição. Desta forma, a dissertação está dividida em três capítulos, a saber:

**Capítulo 1 – A Escola Superior de Agricultura e Veterinária na Primeira República**, subdivide-se em três partes a saber: 1.1 Primeira República (1889-1930): Período de caos e instabilidade; 1.2 O Cenário Educacional na Primeira República; e, 1.3 A Escola

Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (1926-1948). No sub-item 1.1, busco retratar a Primeira República como um período de caos e instabilidade em todos os setores, seja social, cultural, político, econômico e educacional. Para fazer essa análise, baseei-me em autores<sup>12</sup> da época, que viveram esse período e escreveram sobre os acontecimentos da época, dando voz as pessoas que estavam vivendo o momento. Desta forma, ancorei, principalmente, nos seguintes autores: Alberto Torres, José Veríssimo, Carneiro Leão, Pontes de Miranda, Tristão de Athayde, José Antônio Nogueira e Ronaldo Carvalho. Busquei mostrar que nesse contexto caótico e instável, surgiu uma onda de pensamentos que vislumbrava a criação de uma identidade nacional como forma de unir a população em prol do desenvolvimento do país, regenerando a população dos males sociais, almejando o progresso da nação no âmbito mundial.

No sub-item 1.2 relato o tipo de educação que estava sendo pensada no momento histórico. Em meio a uma sociedade caótica e instável que caracterizou a Primeira República em todos os setores, não poderíamos pensar num panorama diferente para a educação. Nesse momento, as influências políticas e econômicas incentivaram a ampliação da educação a nível nacional. Entretanto não havia uma política educacional definida, o que levou o campo educacional a viver momentos de avanços e retrocessos. Muitos intelectuais vão pensar a educação ideal para o brasileiro, mas pouco foi absorvido pelos políticos que capitaneavam a execução nesse campo, sendo que várias reformas foram realizadas, mas com pequenas

---

<sup>12</sup> Tais autores eram pessoas instruídas, geralmente formadas e que ocuparam cargos educacionais, portanto, cientes das situações políticas, econômicas, educacionais e culturais do país. Como exemplo temos José Veríssimo - jornalista, professor, educador, crítico e historiador literário, nasceu em 1857, e faleceu em 1916; Carneiro Leão - educador, professor, administrador e ensaísta, nasceu em 1887, e faleceu em 1966; Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda - nasceu 1892 e morreu em 1979, formado em Bacharel em Direito, foi advogado e publicista; Alceu Amoroso Lima - adotou o pseudônimo de *Tristão de Ataíde*, nasceu em 1893 e morreu em 1983, foi um crítico literário, professor, pensador, escritor e líder católico brasileiro.

alterações no campo educacional. Nesse contexto, Carneiro Leão vai propor uma educação voltada para o povo, educação prática que se confrontava com a educação livresca oferecida.

No terceiro sub-item, almejei inserir a ESAV no contexto mais amplo da educação nacional, mostrando que a educação teórico-prática pregada pelo diretor – Peter Henry Rolfs – estava alinhada com o contexto educacional da época. No mais, temos a instituição surgindo como símbolo da modernidade, alicerçada em técnicas modernas de agricultura, pregando o progresso do país, a partir do cultivo da enormidade de terras inutilizadas existentes no país nesse momento. Desta forma, contextualizei o nascimento de uma instituição agrícola – ESAV – inserida num esforço republicano de fortalecer o país pelo viés educacional.

É a partir do **Capítulo 2 – Espírito Esaviano: “Formador de Almas”** que passo a utilizar-me de fontes primárias que vão me responder os objetivos traçados. No último sub-item do capítulo anterior já busco nas fontes primárias do Arquivo central e Histórico da UFV fatos e acontecimentos que me permitem inserir a ESAV num contexto mais amplo; entretanto, é a partir desse capítulo que fica mais evidente a importância do Espírito Esaviano enquanto importante dispositivo construído pela instituição. Nesse capítulo tratei de compreender o que veio a ser Espírito Esaviano, como ele tomou forma na instituição sendo propagado dentre os diferentes funcionários e alunos, assim como algumas dificuldades sentidas na assimilação desse espírito. Não me propus compreender a apropriação desse espírito pela comunidade esaviana, entretanto, algumas resistências encontradas no decorrer da pesquisa foram colocadas em evidência, como forma de mostrar que tal espírito não foi um discurso homogêneo nessa comunidade.

O **Capítulo 3 – Esporte: “Escola de Civismo, Educação e Saúde”** subdivide-se em três partes: 3.1 Origem e consolidação do esporte na ESAV: entre resistências e permanências; 3.2 A Organização Esportiva na ESAV; 3.3 Esporte e Espírito Esaviano. Na primeira parte busco mostrar a origem e consolidação das diferentes práticas esportivas na

instituição, assim como os processos de institucionalização e desinstitucionalização das práticas.

Na segunda parte, abordei a estrutura que foi pensada para que o esporte pudesse se projetar na instituição. Quando falo em estrutura, refiro-me à estrutura física e aos sujeitos que fizeram parte da constituição do campo esportivo na instituição.

Na terceira parte indiquei a existência de uma relação entre Espírito Esaviano e esporte, mostrando que os valores disseminados no Espírito Esaviano também estavam presentes na prática esportiva. Nas considerações finais busquei mostrar que essa relação entre Espírito Esaviano e esporte foi fundamental para que a instituição se projetasse nacionalmente no campo agrário.

## **CAPÍTULO 1 – A ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA E VETERINÁRIA NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930)**

### **1.1 - PRIMEIRA REPÚBLICA: PERÍODO DE “CAOS” E “INSTABILIDADE”**

O período imperial foi marcado por uma onda de estabilidade<sup>13</sup>, que se constituiu a base para o desenvolvimento que se iniciara com a vinda da família real em 1808<sup>14</sup>. Havia neste período uma demarcação precisa dos papéis sociais de cada classe, que ditadas pelo poder autoritário e centralizador do Imperador, conformava as diferentes classes a aceitarem seus destinos.

Mesmo com toda esta marcha para o progresso, observada já no início da vinda da família real para o Brasil, Basbaum (1976) afirma que foram as duas últimas décadas da monarquia que se constituíram o ápice do desenvolvimento do período monárquico. É nesse momento que há uma tomada de consciência de que liberais poderiam colocar em prática suas idéias, as quais seriam os pontos centrais para o progresso do país. O movimento abolicionista

---

<sup>13</sup> Esta estabilidade foi adquirida pelo poder centralizador e autoritário do governo imperial. Houve várias resistências nesse período, caracterizadas por confrontos contra o poder centralizador do império. Basbaum (1976) vai assinalar que a revolução de Pernambuco em 1848 encerra-se o ciclo de motins, levantes e rebeliões, iniciando um período de paz e prosperidade.

<sup>14</sup> Até 1808, temos a proibição de comercialização com outros países, exceto Portugal; temos o fechamento das manufaturas em 5 de janeiro de 1785 – fatos que impediram o desenvolvimento brasileiro. Com a vinda da família real, tornou-se necessário modernizar, civilizar o país; logicamente, resultado do movimento que já vinha se concretizando na Europa. Fruto desse pensamento, como nos mostra Basbaum (1976, p.103), temos o nascimento do Canal do Mangue; do Passeio Público; do Jardim Botânico; das Escolas de Cirurgia, Militar, Naval e Belas Artes; do Museu; do Banco do Brasil e do Tribunal do Comércio. Contudo, é a partir de 1850 que temos o maior avanço do desenvolvimento, gerado pela expansão assustadora das plantações de café; e pelo fim tráfico negreiro (1850), que levou a um grande acúmulo de capital que deveria ser aplicado em outro ramo econômico para o progresso do país. Desse contexto, Basbaum (1976, p.103) mostra que “Foi o tempo do código comercial, do telegrafo elétrico, do calçamento, dos esgotos, da iluminação a gás, de um Banco do Brasil mais sólido que o do Brasil Reino e do Primeiro Reinado. Durante esse período, segundo Taunay, fundaram-se 62 empresas industriais, 14 bancos, 3 caixas econômicas, 20 companhias de navegação a vapor, 23 de seguros, 4 de colonização, 8 de minérios, 3 de transportes, 2 de gás e finalmente 8 de estradas de ferro”. Iniciam-se os primeiros movimentos migratórios, Mauá lança suas primeiras indústrias e as primeiras estradas de ferro começam a trafegar. A produção de café continua em crescimento a passos largos, e a indústria inicia seu processo de fortalecimento, buscando seu espaço no mercado econômico do país.

que iniciara no Brasil, em meados do século XIX, constituído pela proibição do tráfico negreiro (1850), vai ganhando força, com a lei do Ventre Livre (1871), do Sexagenário (1885), culminando com a Lei Áurea (1888), que deu fim, oficialmente, ao trabalho escravo, gerando uma série de descontentamentos por parte dos senhores de escravos e dos grandes fazendeiros que necessitavam de mão-de-obra escrava, para gerar lucro<sup>15</sup> através de negociações e trabalhar na lavoura.

Feita a abolição, de uma assentada, foi profundo o desencantamento das classes conservadoras, e a nobreza da terra, o maior sustentáculo do cetro, ou lhe voltou as costas indiferentemente, ou começou a lhe dar combate sem tréguas. Com a adesão do exército, inabilmente maltratado pelos últimos ministérios imperiais, o partido republicano, sem derramar sangue, extinguiu em poucas horas, na surpresa de uma parada repentina, a dinastia dos Braganças na América. (CARVALHO, 1981, p.36)

O descontentamento com a abolição levou a união das classes conservadoras com a nobreza da terra, aliando-se também aos militares que já não estava se entendendo com o regime imperial; culminando com a queda do império e a Proclamação da República.



Figura 1: Charge<sup>16</sup> de D. Pedro II, nas nuvens, observando a distante realidade.  
Fonte: Schwarcz, 1999, p.422.

---

<sup>15</sup> Refiro-me à venda de escravos, que se fazia rentável naquele momento.

<sup>16</sup> A Charge se faz um importante instrumento para compreendermos as ações históricas, porque nos revela um outro olhar sobre os fatos, já que na maior parte referia-se ironicamente aos problemas sociais, constituindo-se uma forma de resistência ao que estava imposto.

As caricaturas vão mostrar que o povo<sup>17</sup> brasileiro estava insatisfeito com D. Pedro II<sup>18</sup> na década final do império, já que há algum tempo não se importava com os mesmos, fazendo-se alheio à realidade brasileira: vivia no “mundo da lua”. Desta forma, sua queda foi se dando gradativamente, através da penetração de princípios liberais que vieram formando uma sociedade mais livre, mais engajada na livre iniciativa comercial; liberdade incompatível com a forma de governo que fazia a monarquia – altamente centralizadora e autoritária.

No que se refere aos princípios ordenadores da ordem social e política, o liberalismo já havia sido implantado pelo regime imperial em quase toda sua extensão. A Lei de Terras de 1850 liberara a propriedade rural na medida em que regulara seu registro e promovera sua venda como mecanismo de levantamento de recursos para a importação de mão-de-obra. A Lei de Sociedades Anônimas de 1882 liberara o capital, eliminando restrições à incorporação de empresas. A abolição da escravidão liberara o trabalho. A liberdade de manifestação de pensamento, de reunião, de profissão, a garantia da propriedade, tudo isso era parte da Constituição de 1824. (CARVALHO, 1991, p.43)

Esta onda de princípios liberais veio minar a organização social que Leão (1981) observa no período imperial. Para o autor, havia no período imperial uma determinada organização social, uma diferenciação de classes definidas, que se constituía; de um lado, de proprietários da terra, detentores das posições; do outro, o mundo dos escravos, que não tinham direito algum e com o dever de trabalhar para o desenvolvimento da fortuna dos seus donos; e entre as duas, encontravam-se os libertos e os protegidos pelo governo. Foi esta organização social que possibilitou um período de estabilidade, permitindo que império fosse

---

<sup>17</sup> O povo, apesar de não participar das decisões políticas, estava insatisfeito com as ações (ou falta de ações) do imperador. Na expressão de José Murilo de Carvalho, em seu livro “Os bestializados”, o povo não se caracterizava como um bestializado, mas como um bilontra.

<sup>18</sup> Cabe ressaltar que D. Pedro II já pensava na abolição da escravidão muito antes dela acontecer, mas temia a reação dos proprietários de terras que lucravam com o trabalho escravo e com a consequência social já que a sociedade não estava preparada para recebê-los. Para Schwarcz (1999), viver no “mundo da lua” é a caracterização da sua postura frente às reuniões (bocejando, dormindo na cadeira, etc), suas leituras que não tinham relação com a realidade brasileira, fazendo-se alheio aos problemas sociais que borbulhavam naquele momento.

invadido por uma onda de desenvolvimento, fruto dos avanços da modernidade que assolavam o mundo no momento.

Esta organização do período imperial pregada por Carneiro Leão, não estava mais presente nos anos finais do império. O descontentamento com a velha forma de governo causava indignação em grande parte da população, principalmente nas elites que estavam insatisfeitas com as ações implementadas contra a tradicional relação de trabalho – escravidão. A solução encontrada foi a Proclamação da República.

A Proclamação da República foi um ato planejado nos gabinetes militares<sup>19</sup>. O povo, excluído das decisões políticas, nem faziam idéia do movimento que iria acontecer naquele dia 15 de novembro de 1889<sup>20</sup>. Tudo se concretizou entre os militares, chegando ao povo através de jornais e boatos que correram nos dias que se seguiram à proclamação.

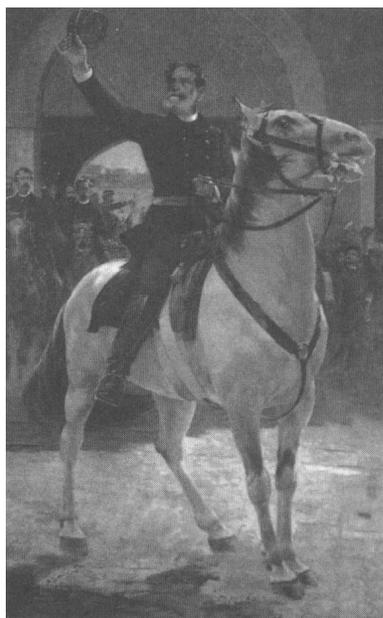


Figura 2: Henrique Bernadelli retrata Deodoro no momento da Proclamação da República.  
Fonte: Schwarcz, 1999, p.458.

---

<sup>19</sup> Além dos militares, haviam alguns intelectuais envolvidos no movimento, mas tratava-se de uma parcela minoritária que não tinham condições de tomar o poder.

<sup>20</sup> Cabe esclarecer que o ato de 15 de novembro de 1889 não foi uma surpresa apenas para o povo que não participava das decisões do país naquele momento. Vários brasileiros, pensadores e divulgadores dos pensamentos republicanos, engajados em partidos republicanos, ficaram pasmados com a notícia posterior que a República tinha sido proclamada. Em Minas Gerais, por exemplo, havia republicanos, que enquanto andava pelo território mineiro difundindo os ideais republicanos, recebeu a notícia que havia mudado o regime de governo. Foi uma novidade para a maior parte da população brasileira, principalmente para a população afastada da capital carioca.

Essa imagem nos permite compreender a Proclamação da República como uma ação isolada, realizada por um representante da classe militar. Tratava-se de uma ação elitista, sem participação popular, sobre a qual Carvalho (1998) vai citar Arthur de Azevedo que escreveu no Jornal “O Paíz” de 17/11/1902, que ao voltar da Proclamação da República, às duas da manhã, estando tudo calmo, encontrou com quatro garis varrendo a rua, cantando, e pensou: “Esses homens não sabiam, talvez, que naquele dia houvera uma revolução”.

Apesar de ter sido uma ação de poucos, a República foi bem recebida pela população excluída já que foi entendida como uma nova organização política que poderia permitir maior participação da classe, até o momento, banida das decisões: “embora proclamado sem a iniciativa popular, o novo regime despertaria entre os excluídos do sistema anterior certo entusiasmo quanto às novas possibilidades de participação” (CARVALHO, 1991, p.12). Possibilidades estas que o autor se refere mostrando o nascimento de organizações das classes excluídas – intelectuais da classe média, artesão qualificados, etc - no sentido de lançar propostas socialistas que buscavam ultrapassar os limites do liberalismo e do positivismo que reinavam neste momento. Para as classes excluídas, era o momento de democratizar a República.

Para Carvalho (1991), sem uma visão ideológica definida, o final do império e início da República foi marcado por grande trânsito de idéias, na maior parte delas importadas – liberalismo, positivismo, socialismo, anarquismo. Tratava-se de idéias que não foram bem absorvidas, causando uma grande confusão ideológica nos anos iniciais da República:

A República não produziu correntes ideológicas próprias ou novas visões estéticas. Mas, por um momento, houve um abrir de janelas, por onde circulavam mais livremente idéias que antes se continham no recatado mundo imperial. Criou-se um ambiente que Evaristo de Moraes chamou com felicidade de porre ideológico, e que poderíamos também chamar, sob a inspiração de Sérgio Porto, de maxixe do republicano doido. Nesse porre, ou nesse maxixe, misturavam-se, sem muita preocupação lógica ou substantiva, várias vertentes do pensamento europeu. Algumas delas já tinham sido

incorporadas durante o império, como o liberalismo e o positivismo; outras foram impulsionadas, como o socialismo; outras ainda foram somente então importadas, como o anarquismo. (CARVALHO, 1991, p.24)

Mesmo com tantas correntes ideológicas nos anos iniciais da República, Carone (1976) entende que as oligarquias e o coronelismo vão ser responsáveis pela base estrutural da organização social, política e econômica da Primeira República, permitindo o predomínio das classes agrárias – oriundas do império, e posteriormente da burguesia, que surge, em parte, da primeira. Entretanto, mesmo com esta base estrutural formada na Primeira República, vamos ter um período de grande efervescência<sup>21</sup> em todos os setores; seja político, econômico, cultural, social e educacional.

Na esfera política, observa-se que os governantes não estavam interessados em administrar o país visando os interesses do povo. Miranda (1981) vai contestar a falta de justiça, de honestidade, o poder despótico, rapinante, medíocre, cômico, transitório e incolor que se pairava nos governantes. Escritores, artistas e músicos vão retratar nas suas obras a insatisfação do povo frente à falta de honestidade que estava imersa os políticos brasileiros:

Você tem palacete reluzente, tem jóias e criados à vontade...de, sem ter nenhuma herança nem parente, só anda de automóvel na cidade...de. E o povo já pergunta com maldade: “Onde está a honestidade? Onde está a honestidade?” E o povo já pergunta com maldade: “Onde está a honestidade? Onde está a honestidade?”. O seu dinheiro nasce de repente, e embora não se saiba se é verdade...de, você acha nas ruas diariamente anéis, dinheiro e até felicidade...de. E o povo já pergunta com maldade: “Onde está a honestidade? Onde está a honestidade?” E o povo já pergunta com maldade: “Onde está a honestidade? Onde está a honestidade?” [...]<sup>22</sup>

Miranda (1981, p.04) vai dizer que no Império, era no soberano, mais do que nos partidos, que se apoiavam os políticos; na República, quem vai ditar as normas é o presidente da República e os presidentes de Estados: “Imperava-se o mandonismo de vinte pequenos chefes, sob a regência do maior deles, promovido em conciliábulo”. O autor entende que a

<sup>21</sup> Não devemos compreender esta instabilidade somente pelo viés negativo, como algo que veio minar o progresso que vinha se concretizando no período imperial. Por outro lado, toda esta desorganização que caracterizará a Primeira República é fruto de lutas que permitiram novas relações, novos comportamentos, ações e atitudes. Começa-se a ter uma nova concepção sobre o que seria viver a modernidade, muda-se a concepção de corpo, afrouxa-se os costumes, permitindo novas práticas corporais, assim como novos praticantes.

<sup>22</sup> Música de Noel Rosa: “Onde está a honestidade”.

República nem se compara à vida tribal, porque nesta há a seleção da guerra, da caça e da pesca, e na República só tem intriga e conchavos; não é como o feudalismo porque nesse havia a escola do brio e da dignidade, o arrojo do cavaleiro e o amor dos grandes atos, e na República havia apenas o poder despótico, que na falta das transições hereditárias ou parentais, se mantinham no poder através de substituições e acordos.

Desta forma, a Primeira República foi marcada pelo movimento Tenentista<sup>23</sup>, instituído como forma de combater quem contestava o que estava instituído, constituindo-se em semelhante caráter repressor que se fazia presente na Monarquia. Temos a política do café-com-leite, que se materializava na manipulação política de alguns Estados para a manutenção do poder. O voto passou a ser um problema muito questionado, sobre o qual, vários intelectuais vão contestar o “voto de cabresto”<sup>24</sup>, lutando pela instituição do voto secreto como forma de combater, pela ação dos alfabetizados, os desmandes cometidos pelos políticos nacionais e estaduais.

No campo cultural, percebemos uma ebulição das idéias. Vários intelectuais insatisfeitos com a República começam a lançar críticas, propondo soluções para o que deveria ser a República dos seus sonhos. Vários artistas começam a romper com o tradicional, culminando com a instituição da Semana da Arte Moderna em 1922. Athayde (1981, p.51) afirma que o Brasil se formou às avessas – “Tivera Coroa antes de ter Povo. Tivera parlamentarismo antes de ter eleições. Tivera escolas superiores antes de ter alfabetismo. Tivera bancos antes de ter economias. Tivera salões antes de ter educação popular. Tivera artista antes de ter arte [...]”. Com o início da República, o Brasil começa a se ‘endireitar’; entretanto, esse novo rumo mostrado por Tristão de Athayde vai ser perseguido durante toda a Primeira República sem resultados significativamente concretos.

---

<sup>23</sup> Sobre Tenentismo, ver Carone (1975).

<sup>24</sup> Ver Leal (1986).

Temos também o movimento imigratório, que trouxe, juntamente com as pessoas de diferentes países, novos hábitos, valores e comportamentos que influenciariam parte da população brasileira. Podemos ressaltar, ainda, a influência estrangeira – especialmente a francesa, na definição das vestimentas e dos costumes que começaram a influenciar a população já em meados do século XIX, e se perpetuou durante a Primeira República, já que estava relacionada à modernidade, ao civilizado – o ideal de nação que se queria alcançar.

No âmbito social, a escravidão e a grande leva de imigrantes, unidos às diferentes raças já existentes no país desde o período imperial, eram compreendidas como um grande problema para o desenvolvimento da nação. O brasileiro influenciado pelas diferentes raças, foi visto por José Veríssimo, em seu livro “A Educação Nacional”, da seguinte forma:

Mole pelo clima, mole pela raça, mole por esta precocidade das funções genésicas, mole pela falta de todo trabalho, de qualquer atividade, o sangue pobre, o caráter nulo ou irritadiço e, por isso, mesmo inconseqüente, os sentimentos deflorados e pervertidos, amimado, indisciplinado, mal criado em todo o rigor da palavra – eis como de regra começa o jovem brasileiro a vida. (VERÍSSIMO, 1985, p.69)

Era necessário regenerar o caráter<sup>25</sup> do brasileiro dos males causados pela escravidão, pela imigração. Sabe-se que a abolição da escravidão foi um ato imperial sem um planejamento anterior de absorção dos libertos, causando uma série de problemas sociais, culturais, econômicos. Escravos que sempre viveram trabalhando para seus patrões, viram-se, ao amanhecer, livres, sem saber para onde ir, sem emprego, despejados em meio a uma população em ritmo acelerado de modernidade<sup>26</sup>, levando-os a se adaptarem àquela realidade para sobreviverem.

---

<sup>25</sup> É importante compreender que a definição do caráter brasileiro, exposta por Veríssimo (1985), está em consonância com o pensamento da época; entretanto devemos relativizar hoje como era compreendido o brasileiro naquela época. Carvalho (1991) nos mostra que o brasileiro da época não assistia todos os problemas públicos bestializados, mas utilizava-se de instrumentos para resistir ao que estava sendo imposto: era mais um bilontra que um bestializado.

<sup>26</sup> É importante relativizar esse “ritmo acelerado” da modernidade, pois tenho ciência que não aconteceu dessa forma nos diferentes Estados brasileiro, sendo mais marcante nas grandes cidades, tal como Rio de Janeiro.

Há, nesse momento, um elevado êxodo rural, onde os libertos vão procurar melhores condições de vida, o que congestiona as cidades que não estavam preparadas para recebê-los, aumentando a criminalidade, as moradias em locais impróprios, havendo um crescimento desorganizado nas zonas urbanas. Aluisio de Azevedo, em “O cortiço” vem relatando a criação de moradias precárias que abrigavam pessoas simples que não encontravam melhores condições de moradia numa cidade que estava passando por um inchaço populacional muito grande.

Na esfera econômica, a República foi marcada, em seu início, por uma grande crise gerada pela especulação financeira que assolou o país pela emissão de papel moeda, como conseqüência da libertação dos escravos, da falta de emprego. A população, esperançosa com o novo regime, encontrou-se sem emprego<sup>27</sup>, sem dinheiro. Começou a proliferar os jogos de azar, onde as pessoas passaram a investir na “sorte” de ganhar dinheiro sem grandes esforços. Tratava-se de uma sociedade mergulhada em uma grande instabilidade financeira, de altos juros, que dificultava a possibilidade de se viver com conforto pela grande parte da sociedade.

Nesse mesmo contexto, encontramos a passagem gradual do modelo agrário-exportador para o urbano-industrial. Temos dois fatores chaves que influenciaram, diretamente, esta mudança no eixo econômico do país: de um lado, temos a libertação dos escravos, fazendo com que o trabalho que antes era executado pela mão-de-obra escrava, portanto gratuita, passasse a ser executado pela mão-de-obra assalariada, diminuindo, desta forma, os lucros dos proprietários rurais, diminuindo o trabalho no campo, conseqüentemente aumentando o êxodo rural, já que não havia lugar para tantos assalariados no campo. De outro lado, temos a entrada no país de um ideal modernizador, capitaneado pela instalação de fábricas, e pelo crescimento do número de comércios nas cidades que começaram a incorporar

---

<sup>27</sup> É importante ressaltar que, mesmo com o crescimento da estrutura comercial, o que gerou uma maior empregabilidade, temos o êxodo rural e a imigração, que se fazia maior do que a oferta de emprego, gerando uma grande leva de desempregados.

a mão-de-obra assalariada que havia deixado o campo. Entretanto, ainda é um movimento incipiente, que não consegue absorver a mão-de-obra disponível naquele momento, gerando um ambiente de miséria para muitos libertos e imigrantes que aqui vieram em busca de melhores condições de vida.

Salles (1986) compreende que nesse momento de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, há uma re-elaboração da noção de trabalho. O ato produtivo, que era destinado exclusivamente aos escravos, sendo, portanto, visto como aviltante e degradante; passa a ser visto – quando executado por trabalhadores livres – como representante do progresso, da civilização. Inicia-se uma onda de culto ao trabalho, como forma de enobrecer o homem, de produzir sua própria riqueza e de contribuir para o desenvolvimento do país.

Como conseqüência dessa alteração do modelo econômico, temos a necessidade de formar e cultivar um “novo” homem. O homem valorizado nesse momento passa a ser aquele homem racional, que detém as condições necessárias – física, técnica, moral e intelectual – de sobressair nos trabalhos industriais e mercantis que estavam surgindo. O homem público<sup>28</sup>, que destinava seu tempo ao trabalho burocrático não era mais tão valorizado, pois era visto como um indivíduo que freava o progresso do país por não ser tão objetivo e racional nas suas ações. Nesse momento a esfera educacional vai se tornar essencial na formação intelectual e moral desse novo homem.

Visto as dificuldades encontradas em cada esfera da vida do povo brasileiro nas primeiras três décadas do século XX, podemos compreender que o quadro geral em que se encontrava a Primeira República é de inquietação em todos os setores. A estabilidade que havia no período imperial, devido a organização social, que permitiu um forte

---

<sup>28</sup> Nesse sentido, a literatura de Lima Barreto, através de sua obra “Triste fim de Policarpo Quaresma”, vai mostrar um funcionário público – Policarpo Quaresma – que decepcionado com o serviço público, se lança no cultivo da agricultura, compreendendo que era a forma mais certa de contribuir com o progresso do país; entretanto, a realidade o mostra que o progresso do país estava mais longe do que pensava, pois ao comprar um sítio observou que as dificuldades de se trabalhar com a agricultura era tão grande – transporte insuficiente, altos impostos, técnicas precárias, perseguição política – que fizeram com que desistisse de seu sonho.

desenvolvimento no país, não estava mais presente. A Proclamação da República permitia, até certo ponto, uma liberdade para o povo brasileiro. Fato que possibilitou o trânsito de aspirações e ações que até o momento não eram sentidas.

Esta inquietação, agitação, efervescência, encontrada na Primeira República foi compreendida pelos intelectuais da época como sendo fruto da falta de um sentimento que unisse as pessoas em prol de um ideal: era preciso colocar o país no eixo do desenvolvimento, do progresso da civilização; fato que seria alcançado quando cessasse esta atmosfera de ebulição<sup>29</sup> em que o país estava imerso.

Com tantas dificuldades de se viver nos anos iniciais da República, o povo começou a se frustrar com as expectativas criadas na mudança do regime, já que começaram a perceber que não se tratava da República de seus sonhos:

Se a mudança de regime político despertava em vários setores da população a expectativa de expansão dos direitos políticos, de redefinição de seu papel na sociedade política, razões ideológicas e as próprias condições sociais do país fizeram com que as expectativas se orientassem em direções distintas e afinal se frustrassem. (CARVALHO, 1991, p.64)

Neste momento, sentia-se a necessidade de republicanizar a República. A República que se instalou em 1889 não foi a forma de governo sonhada pelas pessoas que não estavam no poder, constituindo-se num período de grande corrupção e descontentamento com as decisões tomadas pelos republicanos no governo.

Costuma-se dizer que o Brasil não tem ainda uma alma coletiva (...) Se entendermos por alma coletiva, não uma resultante da unidade de raça nem tampouco a fixação multissecular e quase irredutível de caracteres hereditários, mas certa comunhão de sentimentos, de idéias, de crenças e de interesses, não podemos negar que o nosso país não possua ao menos os dados imediatos para a formação dessa realidade psicológica donde resulta a existência de uma verdadeira nacionalidade. (NOGUEIRA, 1981, p.78)

---

<sup>29</sup> É importante compreender que esta onda de efervescência apresenta situações negativas – corrupção política, libertação dos escravos sem um plano social para acolhê-los, entre outros; e pontos positivos – semana da arte moderna; liberdade que permitiu o afrouxamento de regras e condutas possibilitando novas relações corporais; discussão e difusão da educação, mesmo que de forma desordenada e excludente.

Vários intelectuais vão assinalar a falta do caráter nacional como o grande problema brasileiro, que leva à falta de organização e à estagnação, quando não a retrocessos, na esfera política, econômica, social e cultural. Nogueira (1981) entende que deve haver uma união dos esforços em prol do país, deixando de lado os interesses pessoais e lutar para o progresso da nação. Torres (1982) caminha em sentido semelhante, no que se refere a caráter nacional, já que acredita que esse caráter é elementar para um povo jovem que “jamais chegará à idade da vida dinâmica, sem fazer-se ‘nação’, isto é, sem formar a base estática, o arcabouço anatômico, o corpo estrutura, da sociedade política” (TORRES, 1982, p.43). Leão (1981), no mesmo sentido, afirma que o Brasil precisa de um espírito novo, em que os interesses e posições pessoais sejam secundários aos nacionais, em que os vícios reinantes na administração dos políticos possam ser imersos em um processo regenerador. Assim, como Carneiro Leão, Nogueira (1981) acredita que o nacionalismo se alastrará quando os políticos que ocupam o poder forem regenerados do caos de corrupção e desorganização em que estão imersos; quando prevalecer o espírito de comunhão e não de individualismo. Precisa-se partir do exemplo dos governantes para que o espírito nacionalista se difunda para as diferentes camadas sociais:

Assim, a nosso ver, o fenômeno nacional surge para um povo e para uma raça como o sol para as regiões montanhosas. Doura primeiro os píncaros mais arrojados, para depois ir gradualmente iluminando as quebradas, os vales e os abismos, chegará por certo um momento em que a luz, caindo do alto, dissipará as mais espessas cerrações e inundará os mais sombrios recessos. (NOGUEIRA, 1981, p.70)

No início da República inexistia o sentimento de identidade que levava as pessoas a defenderem sua Pátria, buscarem seu desenvolvimento. Existiam alguns sentimentos que fazem parte da identidade nacional, como a unidade da língua, religião e política; mas faltava o sentimento de pertencimento a uma nação. Carvalho (1998) ao analisar duas vertentes republicanas – antiga, adotada pelos jacobinos, na qual os cidadãos aceitariam a liberdade pública em troca da liberdade individual; e a moderna, adotada pelos Estados Unidos, na qual

os cidadãos deveriam renunciar em boa parte à influência sobre negócios públicos em favor da liberdade individual – compreende que “talvez fosse necessária a existência anterior do sentimento de comunidade, de identidade coletiva, que antigamente podia ser o de pertencer a uma cidade e que modernamente é o de pertencer a uma nação” CARVALHO (1998, p.32). Para o autor, o sentimento de identidade seria o cimento comum aos dois modelos. Cimento que isoladamente não seria suficiente para fundar uma comunidade política, mas fazia-se fundamental para consolidar qualquer uma das duas ideologias políticas escolhidas; pois sem esta identidade nacional qualquer modelo se desintegraria.

Como a Proclamação da República foi realizada no Brasil pela elite, sem o conhecimento e apoio do povo, era necessário incutir no imaginário social da população brasileira a idéia de identidade nacional, e nesse momento a construção de símbolos para a disseminação da ideologia era fundamental, já que a maioria da população era analfabeta:

A manipulação do imaginário social é particularmente importante em momentos de mudança política e social, em momentos de redefinição de identidades coletivas (...). Não basta mostrar a verdade, é necessário fazer com que o povo a ame, é necessário apoderar-se da imaginação do povo. Para a Revolução, educação pública significava acima de tudo isto: formar as almas. (CARVALHO, 1998, p.11)

A identidade nacional era um fator imprescindível para o desenvolvimento do país, para a consolidação do novo regime. Portanto, precisava-se criar um mecanismo que permitisse atingir a maior parte da população possível, de forma que incutisse no povo brasileiro o sentimento de pertencimento a uma cidade, a uma nação. Uma das formas encontradas para transmitir este sentimento ao maior número de pessoas possível, foi modificando e expandindo a educação pública, a qual teria a função de “*formar almas*” (CARVALHO, 1998, p.11).

## 1.2 - O CENÁRIO EDUCACIONAL NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Compreendendo o campo educacional como parte constitutiva dessa conjuntura apresentada anteriormente, influenciando e sendo influenciada, não poderíamos esperar organização e progresso em meio a uma sociedade em ebulição em todos os setores. As influências políticas e econômicas incentivaram a ampliação da educação em nível nacional, entretanto não havia uma política educacional definida, o que levou tal campo a viver momentos de avanços e retrocessos. Muitos intelectuais vão pensar a educação ideal para o brasileiro, mas pouco foi absorvido pelos políticos que capitaneavam a execução nesse campo.

No início da Primeira República, o grande problema vivenciado pela população no que diz respeito à educação era o alto índice de analfabetismo. A população contava com mais de 80% de analfabetos, sendo necessário proporcionar uma educação para o povo, de forma que se adaptassem ao país que se modernizava e que necessitava de mão-de-obra qualificada para contribuir com o seu desenvolvimento. Como esse período foi marcado pelo movimento econômico pautado quase exclusivamente no modelo agrário-exportador, não temos a compreensão da educação como um instrumento importante, porque para viver no campo, trabalhando na agricultura que até o momento se fazia rudimentar, não era necessário saber ler e escrever.

Com o passar dos anos, com a modernidade e a industrialização crescente, percebemos uma mudança de eixo econômico, passando a predominar o modelo urbano-industrial. Nesse momento, percebe-se que a educação era importante e que deveria ser disseminada à grande massa<sup>30</sup> da população que, devido à escravidão e falta de escolas

---

<sup>30</sup> É importante salientar que a educação proposta para a massa seria a educação para o trabalho, a educação profissional. A educação intelectual, de formação de dirigentes, não seria disseminada para as massas e várias

públicas para a população em geral, se via analfabeta. Fruto desse movimento começa-se a disseminar escolas públicas com o intuito de contribuir com o país no aspecto econômico e político, já que existe uma influência pautada no viés econômico, onde o novo homem – formado pela escola – passa a ser pré-requisito para sua inserção no novo sistema econômico, os quais necessitavam de manuseios dos equipamentos que exigiam um mínimo de escrita e leitura; e outra influência vinculada às questões políticas, como a importância da leitura e da escrita para o voto.

Com a nova exigência econômica e política, a alfabetização foi compreendida como forma de purificar, regenerar escravos e imigrantes que estavam sendo despejados no meio da população — era preciso formar seu caráter:

A extinção da escravidão não é de si mesma bastante para pagar os funestíssimos efeitos da execranda instituição, que só muito de passo ir-se-ão dissipando. É, pois, indispensável – e isto sentiram os mais bem alumiados abolicionistas – que a obra gloriosa cujo coroamento foi a lei de 13 de maio de 88 se continue pela educação, não só dos libertandos, senão de nós todos, todos mais ou menos contaminados pela sua peçonha. (VERÍSSIMO, 1985, p.79)

Acreditava que a população precisava ser regenerada, não apenas os libertos, mas todos os que formariam a nação brasileira. Para isto, José Veríssimo, em “A Educação Nacional” entendia que era necessária uma ampliação na educação pública, e que a mesma fosse realizada através de uma rede educacional de forma que criasse uma identidade nacional. Para isso, tornava imprescindível a criação, pelo governo, de um sistema de educação que abrangesse, da mesma forma, os diferentes Estados nascidos pela Proclamação da República. A educação nacional proposta pelo autor visava, como base, o ensino de Geografia e História do Brasil, através de livros escritos por brasileiros, que conheciam a realidade local; pois somente conhecendo a Pátria na sua evolução histórica e na sua demarcação geográfica seria possível criar um sentimento de amor à Pátria, criar uma nação

---

estratégias foram criadas para isso, tais como exame admissional, bifurcação do ensino após ensino primário (ensino secundário e ensino técnico). Para saber mais sobre esse assunto, confira Nagle (1976).

forte. Precisava-se extirpar os vícios e defeitos que acometiam a população brasileira, possibilitando condições para se criar um sentimento de amor ao país, ponto fundamental para o fortalecimento da República.

Além do conhecimento de História do Brasil e Geografia do Brasil, a escola brasileira deveria ensinar, nos diferentes níveis de ensino, Educação Moral e Cívica, Educação Física<sup>31</sup> e a educação intelectual, materializando assim a educação nacional necessária para formar o caráter nacional do povo brasileiro. Somente uma educação nacional tornaria possível extirpar os males da ignorância popular, do atraso causado pela escravidão, regenerando o povo brasileiro, criando uma identidade nacional, formando seu caráter para que possa contribuir com a Pátria, amando-a, contribuindo com seu crescimento. Trata-se de uma proposta idealista do autor se considerar o valor atribuído à educação – regeneradora de todos os males, apresentando um caráter messiânico, remédio para todos os problemas sociais.

Temos desse modo, uma indefinição quanto ao tipo ideal de educação que deveria ser transmitida. Entretanto, os intelectuais e políticos estavam cientes que a educação tradicional, pautada em estudos livrescos, não atendia mais às expectativas do mundo moderno. Carneiro Leão, numa conferência proferida em São Paulo em 1916, nos dá uma idéia precisa do tipo de educação que se almejava, por parte de alguns pensadores, naquele momento histórico:

O Brasil, agora, como sempre, é composto, principalmente de duas espécies de criaturas: - de um lado, a maioria, oitenta por cento do povo, analfabeta, ignorante e incapaz de trazer o mínimo desenvolvimento, a mínima vantagem ao progresso nacional, de outro, uma parte mais ou menos instruída e culta, candidata perpétua ao funcionalismo e à burocracia. Classes produtoras, industriaes, que trabalhem a riqueza da Pátria, que engrandecem o nosso território, quasi não temos. (LEÃO, 1916, p.22-23)

A educação, como podem observar, é compreendida como instrumento de formar para o trabalho nas indústrias que se expandiam naquele momento. Necessitava acabar com o

---

<sup>31</sup> Entenda-se Educação Física como Educação do Corpo.

analfabetismo, que levava o homem a incapacidade, que não estaria apto a contribuir minimamente com o progresso nacional.

Se a limitada educação que possuímos, literária e theorica, só nos habilita para carreiras públicas, só nos cria o gosto e o interesse pelas funções burocráticas (...) Vivemos para um mundo que já passou (...) Precisamos é de uma educação: de uma educação prática, de uma educação de trabalho (LEÃO, 1916, p.23).

Carneiro Leão pregava uma educação popular, para todos. Não uma educação livresca, mas uma educação para o trabalho, que seria útil para contribuir com o desenvolvimento econômico do país. Acreditava que a educação livresca estava ligada aos cargos públicos, que eram poucos e destinados à elite; portanto, era necessária uma educação para o trabalho, de uma educação prática em que se pautava no aprender fazendo.

Hoje se pode medir o valor de um país pelo cuidado que elle tem na educação popular. Tão forte é o mérito dessa educação que basta um povo inicial-a para que se comece a ver a sua magnífica ascensão para a civilização e o progresso. O Japão nos evidencia amplamente esta verdade (LEÃO, 1916, p.22).

Civilizado era o país que possuía sua população alfabetizada. A ignorância popular estava relacionada ao atraso econômico, ao subdesenvolvimento. Leão (1916) acreditava que somente através de uma educação popular, que extirpasse o analfabetismo, teríamos o Brasil como uma nação forte, civilizada, nos rumos do desenvolvimento já alcançado por outras potências mundiais.

Procurando entender esse movimento educacional da Primeira República, Nagle (1976) caracteriza três fases da educação nesse período: a primeira, datando do início da República até meados dos anos dez, foi marcada por um profundo desinteresse dos integrantes do governo, permanecendo os traços característicos do ensino imperial. Por outro lado, é um período de grande ebulição do pensamento educacional como forma de apontar para os

homens públicos, as soluções para a esfera educacional, tendo-a como essencial para a vida humana e para o progresso do país<sup>32</sup>

A segunda fase proposta por Nagle (1976), compreendendo o período posterior a 1915, refere-se ao entusiasmo pela educação; período em que o governo, mesmo de forma desordenada, vai incentivar a educação para o povo – uma educação diferente da que será oferecida para a burguesia - como forma de erradicar o mal que assombrava o país – o analfabetismo, a ignorância. Temos várias reformas que são lançadas no intuito de propagar a educação para uma grande massa; mas as constantes alternâncias no poder político, gerando uma descontinuidade das ações implementadas por governos anteriores, fizeram com que o campo educacional não progredisse como esperado.

Na terceira fase, caracterizada como otimismo pedagógico, se materializa na crença de novos modelos educacionais. Capiteado pelo movimento da Escola Nova, esse momento educacional buscava substituir o tradicional pelo novo, o arcaico pelo melhor modelo que se adaptasse à exigência do mundo moderno.

A relação entre liberalismo e escolanovismo deve ser aqui ressaltada. Do ponto de vista histórico, tanto no caso brasileiro como em outros, o liberalismo trouxe consigo não só a mensagem como a instrumentalização institucional de remodelação da ordem político-social. Significou a quebra dos velhos quadros opressores do desenvolvimento da personalidade humana, a ruptura do sistema de obstáculos que impedia o desenvolvimento harmônico (porque ‘natural’) da sociedade humana. Ao estabelecer a doutrina do não-constrangimento nas diversas esferas da vida social – política, econômica, social e cultural – a doutrina liberal firmou, ao mesmo tempo, o princípio básico das liberdades. Dessa forma, não surpreende observar que o enraizamento da Escola Nova se tenha processado pouco depois do triunfo das idéias liberais; na verdade, o escolanovismo representou, ortodoxicamente, o liberalismo no setor educacional. Não foi casual, agora no caso brasileiro, o fato de que a mais ampla crítica à ‘escola tradicional’ e as primeiras manifestações que denunciam a presença do novo ideário educacional partisse de um liberal, o Conselheiro Rui Barbosa; isso mostra, fundamentalmente, o início de um movimento educacional, que é expressão, antes de tudo, de movimentos sociais mais amplos. (NAGLE 1976, p. 241-242).

---

<sup>32</sup> Sobre esse assunto, ver mais em Torres (1982), Leão (1916), Veríssimo (1985), entre outros.

A Escola Nova é fruto do pensamento liberal. Faz-se a materialização do pensamento liberal no meio educacional, através de Rui Barbosa – um liberal – quebrando conceitos, métodos e técnicas do ensino tradicional, que durante décadas ditava os caminhos da educação mundial. Foi um movimento mundial, que ancorou no Brasil nos anos 20, mas que já estava presente muito antes nos países europeus.

Nesse movimento dos anos vinte, em que a Escola Nova se inclui, temos um investimento no sentido de propagar os ideais da modernidade, do progresso. A Associação Brasileira de Educação (ABE) criada em 1924, realizava Conferências Estaduais e Nacionais com a função de disseminar novos valores educacionais, porque se buscavam modificar o cotidiano escolar, deveriam começar pelos professores que eram responsáveis pela disseminação no meio escolar.

Para ministrar as conferências eram convidadas pessoas de projeção no meio educacional, que faziam parte do pensamento de uma educação incluída no processo de modernização e progresso nacional. Como exemplo, na II Conferência Nacional de Educação, realizada em 1928 em Belo Horizonte, temos a presença do Professor e Diretor da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa - Peter Henry Rolfs – ministrando uma palestra, demonstrando o modelo educacional moderno de agricultura que foi implantado em Viçosa. Esse fato demonstra a importância que a instituição apresentava no campo agrário, pois a instituição foi escolhida como forma de propagar o conhecimento que estava sendo veiculada pela mesma, como modelo a ser seguido pelas instituições que buscavam se lançar no campo do ensino educacional agrícola.

### 1.3 – A ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA E VETERINÁRIA DE VIÇOSA (1926-1948)

A inserção da Escola Superior de Agricultura e Veterinária, nesse contexto mais amplo, está diretamente ligada à figura de Arthur da Silva Bernardes, o qual foi responsável pela sua criação no momento em que se fazia forte político da região. Arthur Bernardes nasceu em Viçosa – pequena cidade da Zona da Mata Mineira – estudou no Colégio Caraça e se formou em Direito pela Faculdade de São Paulo. Casou com Clélia Vaz de Mello, filha do importante político mineiro Carlos Vaz de Mello, do qual herdou seu prestígio político e ingressou na carreira política, fazendo-se vereador em Viçosa, deputado Estadual e Federal, secretário de finanças do Presidente de Minas Gerais Júlio Bueno, Presidente de Minas Gerais em 1918 e Presidente do país em 1922. Carreira marcada por muitas conquistas políticas, Bernardes foi um membro ativo do Partido Republicano Mineiro, o qual foi muito importante na sua trajetória política e nas decisões políticas do país.

Arthur Bernardes se caracterizava como um nacionalista. Entretanto, o seu nacionalismo não está relacionado àquele exposto por Lima Barreto em “O Triste Fim de Policarpo Quaresma” que tinha aversão a tudo que era estrangeiro. Para Bernardes, a preocupação principal era com o desenvolvimento econômico do país, ou seja, era totalmente favorável a presença estrangeira em solos brasileiros, desde que os benefícios fossem, na sua maior parte, voltados para os interesses do país. Fruto desse pensamento nacionalista, Bernardes entrou em confronto com várias empresas estrangeiras que queriam aportar no país, produzir riqueza para a própria empresa e remeter a mesma para seus países de origem, não trazendo grandes contribuições para o desenvolvimento do Brasil. Foi acusado de político regionalista por querer privilegiar seu Estado frente aos interesses do país, o que em parte

explica a localização da ESAV em Viçosa, sua terra natal, como se fosse o retorno dado por ele ao apoio político que sempre recebeu da comunidade viçosense.

Portanto, esse regionalismo e o nacionalismo de Arthur Bernardes não se constitui num sentimento xenófobo. Pelo contrário, ao compreender a situação econômica da época, buscou a criação de uma Escola agrícola baseada num método norte-americano de ensino agrícola como forma de ter sucesso nessa empreitada de projetar Estado de Minas Gerais economicamente, já que se fazia seu curral eleitoral.

Desta forma, a ESAV vai surgir com o discurso de divulgadora de um conhecimento científico, pautado em técnicas modernas, que conduzirão o país, especificamente Minas Gerais, ao progresso econômico; levando prosperidade econômica para o Estado, para o país e para quem estivesse diretamente envolvido na aplicação do conhecimento transmitido pela instituição. Formava trabalhadores e dirigentes que seriam missionários na disseminação da cultura agrícola por todo Estado e, se possível, por todo país, buscando o afloramento da agricultura, que aproveitando a enormidade de terras produtivas que o país possui, alavancasse a nação em termos de progresso através da economia.

O ensino proposto pela instituição não estava alinhado com o ensino tradicional, livresco, totalmente teórico; mas apresentava uma nova matriz educacional, pautada no “aprender fazendo”, no ensino teórico-prático, fato que contribuiu para que a Escola lançasse suas bases em terrenos férteis, já que o ensino voltado para a prática fazia-se uma necessidade na época, já sendo proposto por Leão (1916), conforme mostrado anteriormente, como a forma de elevar o país ao progresso econômico. Desta forma, temos o surgimento de uma instituição num contexto que era favorável ao tipo de ensino que propunha, além de apresentar uma alternativa para alcançar o progresso econômico que estava sendo amplamente discutido no momento.

A ESAV nasce em Viçosa, cidade que desde sua colonização, portadora de um solo fértil para a plantação, sobrevivia da agricultura. Plantava-se principalmente algodão, café e cana-de-açúcar, juntamente com outros alimentos necessários ao cotidiano, como: arroz, feijão, mandioca e milho. Como não estava incluída nas cidades auríferas da região, destinava-se à plantação para sua própria sobrevivência e para abastecer, juntamente com outras cidades na mesma condição, a região que se dedicava exclusivamente à extração do ouro. Mesmo Viçosa produzindo toda essa variedade de produtos, o café foi por muito tempo a maior fonte de renda do município. Entretanto, a conformação geográfica de Viçosa, pautada num relevo acidentado, dificultava a mecanização intensiva da lavoura; o que levou a um número elevado de pequenos produtores. Em menor escala, observa-se a pecuária com grande produção de leite que se dava de maneira extensiva.

Quando esgotou a exploração aurífera na região, necessitava-se de outra fonte de renda para manter as pessoas estabelecidas naquela região. O café e a pecuária se davam de forma empírica, ou seja, sem uma produção quantitativa suficiente para elevar o município de Viçosa à categoria de grande produtor<sup>33</sup>. Esta era uma preocupação do governo de Minas Gerais, o qual necessitava de um Estado forte para fazer frente a São Paulo – política do café com leite, uma vez que se tratavam das duas potências nacionais em termos políticos e econômicos da época. Buscando este fortalecimento, Arthur Bernardes buscou a criação de uma Escola agrícola, baseada em modernas tecnologias: nasce assim, a ESAV.

(...) a não-existência de tecnologias nacionais capazes de impulsionar a economia mineira fez com que o governo de Minas buscasse na importação de método e cientistas americanos uma solução para a construção de uma escola. (LIMA et al, 1996, p.35).

O discurso nos mostra que a falta de uma agricultura baseada na ciência e em métodos modernos era sentida na região de Minas Gerais, e para resolver este problema

---

<sup>33</sup> Minas Gerais, apesar de grande produtor cafeeiro, pode-se afirmar que sua maior concentração se fazia na região Sul desse Estado.

tornava-se necessária a importação<sup>34</sup> de técnicas de um país que já sobressaía neste campo do conhecimento: os Estados Unidos. Entretanto, France (1992) apud Lopes (1995), nos chama atenção para que compreendamos que o movimento de criação da ESAV não deve ser entendido de forma linear, simplesmente como consequência da decadência do ouro e da crise cafeeira da região da Zona da Mata. Inicialmente, a produção da Zona da Mata sempre foi marcada pela policultura, mesmo no momento de grande explosão da produção de café; além de Minas Gerais se encontrar em segundo lugar na produção desse produto, concentrando sua maior produção na região Sul do Estado, entendendo, desta forma, que o fator econômico por si só não explica a necessidade da criação da ESAV na Zona da Mata. Acrescido do fator econômico, está o fator político, no qual Minas Gerais possuía o maior colégio eleitoral, facilitando a eleição de presidentes que eram complacentes com a criação de uma agricultura forte na região, contribuindo para o progresso do Estado em nível nacional. Desta forma, Lopes (1995, p.22) entende “que a criação da escola é um empreendimento do governo mineiro”.

Mesmo entendendo a criação da ESAV como um ato político, não podemos glorificar o ato do presidente do Estado de Minas Gerais como um político a frente de seu tempo por pensar numa Escola agrícola para aquela região. A busca por criar instituições agrícolas nos Estado de Minas Gerais já vinha se concretizando no governo anterior ao de Arthur Bernardes, no qual temos a criação de três instituições agrícolas anteriormente a ESAV: Escola de Agronomia e Medicina Veterinária de Belo Horizonte (1914); Escola de Agronomia e Pecuária de Passa Quatro (1917) e Escola Superior de Agricultura de Lavras (1908)<sup>35</sup>. Portanto trata-se de um movimento histórico, em que o mérito de Arthur Bernardes

---

<sup>34</sup> Utilizo a palavra “importação” em todo texto no sentido de algo que foi trazido para o Brasil, mas que não necessariamente se fazia da mesma forma que se pensava no seu país de origem, tendo possibilidade de adaptações.

<sup>35</sup> Cabe ressaltar, baseado em Capdeville (1991), que até 1910 não havia uma regulamentação oficial para o Ensino Superior Agrícola no Brasil, necessitando-se de buscar modelos estrangeiros para criar escolas superiores neste país. Desta forma, o autor mostra que a Escola Superior de Agricultura de Lavras também foi baseada nos

encontra-se em ter se preocupado em buscar um modelo de ensino inovador para a ESAV – dos Land Grant Colleges, nos Estados Unidos, país que se destacava no âmbito da moderna agricultura da época.

Desta forma, a ESAV não foi idealizada para ser uma simples Escola Superior de Agricultura, como as existentes no Brasil nesta época. Para isto, Arthur Bernardes, por intermédio do embaixador brasileiro nos Estados Unidos, José Cochrane de Alencar, contrata o professor Peter Henry Rolfs com a função de promover na futura ESAV, “a direção do estabelecimento, (...), colaborar na escolha do local e de apresentar ao Govêrno os planos das construções e de programas gerais de ensino” (BORGES, 1968, [s/p]).

Ainda, em 1920, o Presidente do Estado pediu ao então Embaixador do Brasil em Washington, José Cochrane de Alencar, que conseguisse do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, através do Departamento de Estado; a indicação de um especialista capaz de ‘fundar, organizar e dirigir uma Escola Agrícola moderna’. Aceito o convite o Dr. Peter Henry Rolfs (‘Bachelor of Science’, 1889; ‘Master of Science’, 1891; ‘Doctor of Science’, 1920 e, finalmente, Diretor do ‘Florida Agricultural College’ da ‘University of Florida’, no período de 1915 a 1920) passou a servir ao Estado de Minas a 1º de Janeiro de 1921[...]. (BORGES, 1968, [s/p]).

O professor Rolfs foi contratado com a função de fundar, organizar e dirigir a Escola. Com uma titulação considerável para a época, e com profundo conhecimento e experiência no trato da agricultura moderna dos Estados Unidos, Rolfs veio com a função de implantar<sup>36</sup> na ESAV um modelo agrícola moderno, pautado nos métodos científicos pragmáticos – “aprender fazendo”, em princípios liberais, os quais proporcionariam um grande progresso para a agricultura local, regional e nacional, visando aumentar o privilégio político do Estado.

Está claro que a escolha de um professor dos Estados Unidos para coordenar a implantação de uma Escola Agrícola em Viçosa não se deu ao acaso. O Presidente de Minas

---

moldes americanos, como a ESAV. Quando afirmo que o mérito de Arthur Bernardes está em ter se baseado no modelo norte americano, o qual era tido como inovador e estava sobressaindo no momento, não estou afirmando que tenha sido o primeiro a lançar modelo americano no país, tanto que Capdeville (1991) cita Lavras já trazendo modelo americano anteriormente à ESAV.

<sup>36</sup> Quando me refiro a “implantar”, em todo o texto, não estou desconsiderando a possibilidade de adaptações para se adaptar à realidade a que se quer implantar.

Gerais buscava uma pessoa com condições de criar e dirigir uma escola nos moldes das escolas agrícolas dos Estados Unidos, o que nos indica uma hegemonia deste país na área. A escolha pela agricultura está diretamente ligada ao contexto econômico<sup>37</sup> que Minas Gerais passava naquele momento, observando a necessidade de técnica apropriada para o progresso da agricultura no Estado:

Finda a época da exploração do ouro que proporcionou ao Estado uma fase de opulência e brilho, as atividades agrícolas passaram a ocupar grande parte da população de Minas Gerais. Com o correr do tempo, a imprevidência e as práticas de rotina saquearam os solos mineiros e as enxurradas levaram sua preciosa fertilidade. A pecuária, embora um derivativo para o aproveitamento das terras empobrecidas, não constituiu uma solução do problema para a população rural, dado o empirismo com que era praticada. A miséria e o desespero castigavam os rurícolas, pedindo uma providencia. Muitos homens públicos, em diversas épocas, preocuparam-se com o problema, porém, coube ao Dr. Arthur da Silva Bernardes a glória de lançar as bases para sua solução. Foi assim que, na qualidade de presidente do Estado e tendo como seu secretário de Agricultura o Dr. Clodomiro Augusto de Oliveira, iniciou o processo pela assinatura da Lei n.º 761, de 6 de Setembro de 1920, que autorizava o Governo do Estado a criar uma Escola Superior de Agricultura e Veterinária, situando-a no local que melhores condições apresentasse para seu funcionamento. (BORGES, 1968, [s/p])

O professor Rolfs estava preocupado com o progresso econômico do Estado de Minas Gerais e do país. Compreendendo o Brasil como um país essencialmente agrícola, acreditava que se investissem na mecanização da agricultura brasileira, o país chegaria ao progresso econômico e as pessoas envolvidas neste processo produtivo teriam uma melhor qualidade de vida:

Ouvimos muitas vezes dizer que o Brasil é um país essencialmente agrícola, o que quer dizer que a agricultura constitui a mais importante indústria brasileira. Porque então é o rendimento líquido do trabalho agrícola tão ínfimo que os produtos não possam competir em preços com os de outras nações menos favorecidas quanto ao clima e solo? Esta dificuldade é resultado de administração antieconômica do trabalho. Hoje o serviço braçal desnecessário encarece o produto a ponto de não produzir lucros (...) Com pequenas modificações nos métodos agrícolas atuais, poderá o Estado de Minas tornar-se rico além das expectativas dos mais otimistas dos seus cidadãos. Milhares de trabalhadores a enxada poderiam ser empregados em outras indústrias lucrativas, ou podiam ocupar-se em uma lavoura rendosa,

---

<sup>37</sup> Como relatado anteriormente, o fator político também foi fundamental para a fundação da ESAV.

enquanto hoje ganham apenas uma vida sem conforto. (ROLFS, 1928, p14-15).

Observa-se que o professor Peter Rolfs entende a modernização da agricultura como instrumento importante para concorrer com produtos importados, que estavam ganhando espaços dentro do país por serem vendidos no mercado interno por um preço inferior ao brasileiro; fato que poderia ser revertido se investissem em métodos e máquinas modernas de agricultura. Buscando demonstrar a eficiência dos novos métodos agrícolas importados, Rolfs afirmava que um homem com um burro e um cultivador faz mais trabalho em um dia do que vinte homens com enxadas, e cita como exemplo, na ESAV, a experiência que teve ao empregar um homem com um arado “Chattanooga” reversível, duas juntas de bois e um menino, os quais fizeram mais trabalho em um dia do que 19 homens trabalhando simultaneamente, com picaretas. O homem que trabalhava no arado era um mineiro analfabeto que conheceu o arado há pouco tempo, o que nos indica que a educação formal não era empecilho para o progresso da agricultura no Brasil, já que grande parte da população brasileira era analfabeta.

Conforme demonstrado anteriormente, no momento histórico que compreende o início dos anos vinte do século XX, o Brasil estava engajado na tarefa de acabar com o analfabetismo, que se fazia um entrave no processo de progresso e modernidade do país. Fruto desse contexto, a maioria dos funcionários que faziam parte do período de construção da Escola se fazia analfabeta:

Em 1922 empregamos um total de quase 400 trabalhadores na construção e noutros trabalhos, sendo que mais de 90% deles eram analfabetos [...]. Em 1927, tínhamos cerca de 200 operários e conforme os dados colhidos pelo Dr. Bello Lisboa, Vice-Diretor da Escola e Engenheiro Chefe, apenas 6% destes eram analfabetos. (ROLFS, 1928, p. 12)

Não podemos pensar no analfabetismo fazendo parte de uma instituição que almejava ser símbolo de progresso, pautada em métodos e máquinas modernas. Não poderia

permitir no seu núcleo a presença de funcionário que fosse analfabeto já que lembrava uma civilização rudimentar, arcaica, longe de atingir a modernidade, a sociedade que se projetava.

É importante compreender que a Escola não se pautava no ensino das primeiras letras. Oferecia o curso *elementar*, responsável por formar capatazes e agricultores; o curso *médio*, responsável por formar técnicos agrícolas e administradores rurais; e o curso *superior* que formava agrônomos e médicos veterinários. Entretanto, por entender que a alfabetização era uma parte fundamental da civilidade e da modernidade, a Escola passa a destinar um tempo específico para a alfabetização dos funcionários e filhos dos funcionários que construíram a instituição, sendo que dos trabalhadores, 92% eram analfabetos (BORGES (1968, [s/p])). Fazia-se necessário regenerar os trabalhadores e seus filhos analfabetos desse mal que assolava o Brasil naquele momento, impedindo seu desenvolvimento.

No relatório anual feito pelo vice-diretor em 1927 encontra-se que “depois de vários contratempos e demora, conseguimos abrir uma escola diurna para os filhos dos empregados [...]. Depois, começamos a estudar o problema dum escola nocturna, para os operários [...] sendo a porcentagem de analfabetos, pelo menos de 80% a 85%”. Observa-se que o índice de analfabetismo entre os trabalhadores da ESAV era assustador, coerente com a maioria das cidades mineiras na época, e uma instituição que se pautava no progresso e na civilidade não poderia ter em seu quadro de funcionários pessoas que não contribuiriam para o progresso da escola.

A influência do pensamento de que os analfabetos eram o atraso da modernidade está estampado na construção da própria escola, onde os administrados acusaram os atrasos das obras aos funcionários<sup>38</sup>, que por serem analfabetos, não conseguiam desenvolver o trabalho finalizando a construção nos 5 anos esperados, sendo até criada uma liga de operários para ensinar técnicas de trabalho para finalizar as obras em menor atraso possível. Ribeiro

---

<sup>38</sup> No início da construção da ESAV havia cerca de 400 funcionários, os quais segundo Lopes (1995, p. 44), eram distribuídos entre *carpinteiros, pedreiros e ferreiros*.

(1996, p.13) mostra que, devido a carência de pessoal habilitado para a construção da escola, foram selecionados os mais capazes e conservados os mais dedicados, sendo criada uma “Liga Operária Viçosense, mais precisamente no dia 13 de maio de 1923 [...] com a finalidade de treinar pessoal para trabalhar nas obras de construção da escola”.

Construída a Escola, Rolfs sente a necessidade de formar na ESAV um quadro docente qualificado para implantar o modelo de agricultura almejado, visto que se tratava de um alto investimento do governo de Minas Gerais, necessitando de uma forte base de recursos humanos, incluindo professores, para que se colocasse em prática o modelo inovador de agricultura que se estava importando. Começou contratando um brasileiro, que havia estudado agronomia em Missouri, nos EUA – Diogo Alves de Mello. Os professores de Fitopatologia, Entomologia e Zootecnia vieram dos EUA. Para a Química, foi contratado o Alemão Drº Guilherme Emmerich. Para Laticínios foi chamado um Dinamarquês, o Dr. Beck Andersen. (PAVAGEAU, 1991).

A formação deste quadro docente exigiu a vinda de professores de várias partes, do Brasil e do mundo, os quais trouxeram consigo um conjunto de hábitos, comportamentos e práticas culturais diversas, incluindo a esportiva, que contribuiu para formar uma cultura tipicamente esaviana, a qual, por sinal, vai influenciar a cultura viçosense. Entendendo esta formação cultural híbrida esaviana, podemos pensar não apenas nos professores de diferentes países, mas somam-se alunos e professores de diversas regiões do Brasil, além de funcionários e alunos da própria Viçosa. Este conjunto de práticas e valores vão formar a cultura esaviana, a qual lançou mão do “Espírito Esaviano”<sup>39</sup> como forma de criar um sentimento de unidade e união em prol dos objetivos da instituição.

---

<sup>39</sup> Espírito Esaviano foi definido por LIMA et al (1996, p.48) como sendo “uma forma de se identificar com a escola na medida em que ao entrar para o seu quadro o esaviano sentia-se transformado e tomado por uma empolgação diferente, uma vontade e um orgulho de pertencer a uma instituição que não era uma qualquer, mas uma segunda casa”. Este assunto será abordado, detalhadamente, no capítulo seguinte.

Contemporaneamente ao nascimento da ESAV, temos a criação de outras instituições agrícolas no Brasil que também se preocupavam com a constituição de um quadro docente forte, coeso, reforçando a idéia de que para se implantar um bom modelo agrícola, necessita-se de uma boa “mão” para aplicá-lo. Nesse sentido, Capdeville (1991, p.74) nos remete as Escolas de Agronomia e Veterinária em Pernambuco, mostrando que “além de trazer profissionais abalizados para formar os futuros professores, vários monges foram enviados à Europa para especializar-se em diversas áreas”. Não podemos pensar apenas na inclusão de professores capacitados, mas muito foi feito ao longo dos anos na ESAV no sentido de qualificar os professores que chegavam e os que poderiam receber maior preparação, a qual ocorria geralmente nos Estados Unidos e alguns países da Europa.

Esta preparação estava relacionada ao modelo de agricultura que Rolfs propôs implantar. Nos Estados Unidos havia vários modelos que foram implantados referentes ao ensino agrícola, sendo alguns de origem européia. Segundo Rolfs, um dos modelos procurava ensinar a ciência pela ciência, sem se preocupar com a aplicação prática à agricultura, sendo que este modelo produziu muitos dos melhores cientistas, mas poucos agricultores; outro modelo era o dos operários diplomados que procuravam preencher as vagas dos operários peritos que havia no momento, entretanto, foi abandonado ou reorganizado por não apresentar bons resultados; contudo, para o professor Peter Rolfs: “Foi no Vale do grande Rio Mississippi onde a Agricultura era, e continua a ser a indústria mais importante, onde nasceram, desenvolveram-se e hoje reinam, as Escolas Superiores de Agricultura Tipicamente americanas” (ROLFS, 1928, p.17). Tais Escolas do Vale do Mississippi são baseadas nos métodos dos Land Grant Colleges, os mesmos aplicados por Rolfs na ESAV.

Para o diretor da Escola, a agricultura baseada nos Land Grant Colleges foi a que mais logrou êxito neste campo, por apresentar algumas peculiaridades que até então não se pensavam no campo agrícola. Esse modelo de ensino pautava-se na teoria aplicada à prática,

diferentemente de outros modelos que aprendiam a teoria sem relação com a prática, ficando as pessoas que se formavam com muito conhecimento teórico sem que conseguissem colocar em prática, perdendo as melhores chances de emprego que nasciam naquele momento. Rolfs salienta que o Brasil formou muitos educadores e cientistas, mas a maioria deles ficou à mercê de subvenções do governo por faltar-lhes meios de ganhar a vida: “Deveria ser o ideal de uma República treinar todos os seus cidadãos de tal maneira que cada um pudesse ganhar uma vida farta sem que lhe fosse necessário receber o que podemos chamar de subvenção do governo federal ou estadual” (ROLFS, 1928, p.26). Para o diretor da ESAV, uma das saídas para se ganhar a vida seria por meio de uma agricultura prática.

Juntamente com a agricultura prática, devemos pensar na modernização da agricultura. É importante esclarecer aqui que a modernização proposta por Rolfs não significa a transformação da ESAV num espaço urbano, mas sua intenção era modernizar o rural, para isso, procurava manter a Escola como uma grande fazenda; porque acreditava que se criasse um clima favorável, igual ao da fazenda, as pessoas que se interessassem pelo ambiente seriam grandes agricultores.

A modernização inclui novas técnicas, métodos e máquinas que iriam aumentar a produtividade agrícola do Brasil, que seriam mais competitivos por chegarem ao mercado com menor preço. Desta forma, o pensamento de Rolfs compreende a agricultura como uma indústria, em que pretende racionalizar as práticas agrícolas, como também contribuir na formação moral dos alunos.

O Brasil neste contexto é um país que oferece a possibilidade de implantar várias indústrias agrícolas nos seus diferentes estados, as quais, através de máquinas, métodos e técnicas modernas, poderão revolucionar a indústria brasileira, enriquecendo as diferentes partes do Brasil.

É aconselhável que todos os Estados no Brasil tenham sua Escola Superior de Agricultura, dirigida pelo Estado, especialmente destinada a instruir a mocidade rural daquele Estado [...] Escolas particulares fornecem auxílio valioso aos governos mas não substituem em uma nação em rápido desenvolvimento, o ensino dirigido pelo Estado (ROLFS, 1928, p.27).

Implantando uma agricultura moderna nestes Estados, para ele, diminuiria a necessidade de mão-de-obra na produção agrícola – a qual para Rolfs já era escassa porque tinha muita terra e pouca mão-de-obra – aumentando o rendimento do trabalhador uma vez que a produção aumentaria, venderia mais com menor preço, podendo ser oferecido ao trabalhador um maior “*labor income*”<sup>40</sup>,

A riqueza do Estado de Minas, natural e produzida, é colossal, muito maior do que a de algumas nações independentes. Porém, quando consideramos a média do valor dos bens para a população total, chega-se a um resultado fraco. Quando considerarmos o ordenado médio, achamo-lo muito reduzido, comparado com o de outros países de igual civilização. É exatamente neste ponto, isto é, aumentando o rendimento médio do trabalho, que no Inglês chamamos de “*labor income*”, fazendo que o trabalho agrícola diário renda mais, que a Escola prestará o melhor serviço ao Estado e à Nação (ROLFS, 1928, p.12)

Para Rolfs, é aplicando a ciência à Agricultura que se terá uma prosperidade nacional. Trata-se da aplicação prática, que muito foi questionada ao diretor pelos educadores mineiros, acreditando que os alunos teriam vergonha de sujar as mãos em arados e outras máquinas agrícolas; entretanto, o diretor observou que os alunos tinham mais interesses nas aulas práticas do que nas aulas teóricas, sendo um fator positivo para que o modelo adotado pela ESAV prosperasse. Tudo isso mostra que a ESAV nasce pautada numa redefinição da noção de trabalho, já que o mesmo não é compreendido como algo que degrada o homem, como algo aviltante; mas passa a ser compreendido como algo que dignifica o homem e que será o responsável pela melhor qualidade de vida.

A prioridade da ESAV não era formar pessoas para trabalhar nas fazendas, mesmo atendendo esta demanda quando oferece formação no curso elementar. Seu foco principal

---

<sup>40</sup> “*Labor income*” em português significa: “renda operária”

estava na formação de pessoas que divulgariam o conhecimento mais elaborado pelas diversas regiões do Estado e do País, que se dava na formação oferecida nos cursos superiores e na crença em alguns alunos dos cursos médios; os quais terão, durante a passagem na Escola, que trabalhar nas aulas práticas, buscando apreender os métodos e técnicas; mas que depois de formados serão transmissores dos conhecimentos aprendidos na instituição.

Nesse sentido, Rolfs nos indica que o curso médio apresentava um maior valor e era mais incentivado do que o elementar. Para o diretor, a Escola ficaria satisfeita se os alunos do curso elementar voltassem para suas fazendas em condições de empregarem as máquinas agrícolas essenciais, soubessem selecionar as sementes, e por saberem ler, escrever e fazer o trabalho de contabilidade da fazenda.

Para Rolfs (1928, p.20): “Os alunos do curso elementar tem geralmente pouco desenvolvimento mental, não por falta de inteligência, mas por falta de instrução, e por isso não esperamos que os moços que terminam o curso elementar voltem para a roça fazendeiros perfeitos ou agricultores peritos em tudo que é pertinente à lavoura”. Observa-se que a formação dispensada ao elementar, assim como o próprio nome, visa a formação mínima, elementar ao homem do campo. Para o diretor, a maioria dos alunos que saíam do curso elementar teria influência apenas nos limites das vizinhanças de suas fazendas.

Quando se trata do curso médio, Rolfs (1928, p.21) afirma que:

São os alunos deste curso que mais contribuirão para o futuro bem estar do Estado produzindo os resultados mais imediatos [...]. Estou certo, entretanto, que alguns dos formados no curso médio terão influência além dos limites dos seus municípios, tornando-se excelentes fazendeiros, ou talvez Mestres de Cultura Ambulantes, se houver para estes últimos direção adequada.

Observa-se que os resultados mais imediatos e mais abrangentes são esperados pelos alunos dos cursos médios, os quais aliados aos do curso superior, serão responsáveis por alastrarem a agricultura moderna à nível nacional.

É importante ressaltar que a agricultura moderna proposta por Rolfs privilegiava o estudo específico das disciplinas referentes à parte agrícola. Queriam formar agricultores, e não cientistas e educadores. Portanto, sua opção pela escolha de disciplinas voltadas para a área agrícola está estampada no seu texto:

Devemos sempre lembrar que em uma Escola de Agricultura, é a Agricultura que deve ocupar o lugar de importância no programa. Sendo o tempo dos alunos principalmente ocupado com o estudo de História, línguas, matemática, ciências naturais, química, física, etc., não formará bons fazendeiros. Cientistas excelentes poderão ser produzidos, se a instrução for bem feita, mas em Escola de Agricultura devemos visar principalmente produzir os agricultores que o Brasil tanto carece. Não digo que qualquer dos estudos referidos acima não seja excelente ou que todos eles, não devam fazer parte dos programas das Escolas de Agricultura, mas sim que os anos que os nossos moços podem dedicar ao estudo da agricultura são demasiadamente curtos para que possam estudar bem as matérias que lhes serão indispensáveis (ROLFS, 1928, p.25)

Observa-se que a formação no tempo mais breve possível está no projeto de Escola, já que o país necessitava dessa mão-de-obra qualificada. Não está preocupado em formar um indivíduo na cultura humanista, mas privilegia a formação agrícola pautado em disciplinas que estejam voltadas diretamente para este tipo de ensino, entendendo que será a melhor forma de entrar no mercado de trabalho, possibilitando ter uma vida digna, além de contribuir para o progresso econômico do país.

Pensando nessa educação transmitida pela ESAV, buscando formar os dirigentes agrícolas do país, chegamos aos seguintes questionamentos: os alunos que estudavam nessa instituição, que se tornou respeitada nacionalmente pelo tipo de ensino que oferecia, de onde eram provenientes?

Como toda Escola que quer se fazer eficiente na formação do aluno, a ESAV surge abrindo poucas vagas para o ingresso, uma vez que a quantidade pode vir a suplantar a qualidade. No primeiro ano de funcionamento da ESAV, em 1927, observamos que havia 25 alunos matriculados nos cursos elementar e médio da instituição, já que o curso superior começou apenas em 1928. Trata-se de um pequeno número de alunos, que se expandiu nos

anos seguintes, não chegando a apresentar número significativo de aluno como atualmente<sup>41</sup>. Em 1930, Lopes (1995) afirma a existência de 27 alunos no curso elementar; 91 no curso médio e 35 no curso superior, ou seja, 153 alunos, três anos após início da instituição, sendo que a maioria destes estudantes era proveniente de Minas Gerais. Podemos observar, analisando este crescimento estatístico, uma maior adesão dos alunos mineiros frente à nova formação que estava sendo oferecida e vista como uma forma de progresso econômico.

Quando falo que a maioria dos alunos era proveniente de Minas Gerais, torna-se importante mostrar que os regulamentos editados ao longo do tempo assinalam para a prioridade de ingresso de alunos mineiros. No regulamento de 1927 temos que “o ensino ministrado pela Escola, com o intuito de educar a população agrícola do **Estado** em todos os assuntos pertencentes à vida rural (...) deverá ser sempre teórico prático” (ARTIGO 2º, do regulamento de 1927). Observa-se a especificidade de educar a população agrícola do Estado de Minas Gerais, fato que se coaduna com o pensamento de Arthur Bernardes, exposto anteriormente, o qual é compreendido como um político que busca privilegiar os interesses de seu Estado, tendo os interesses da nação como consequência.

No regulamento de 1931 encontramos que “Terá preferência na matrícula os filhos de agricultores mineiros” (ARTIGO 179, do regulamento de 1931) e “Poderá a Congregação limitar o número de alunos de outros Estados e países estrangeiros” (ARTIGO 179, parágrafo único, do regulamento de 1931). Podemos inferir que a importância primeira da Escola é instrumentalizar a população agrícola mineira com a moderna agricultura, fortalecendo a agricultura do Estado em âmbito nacional. Tudo isto me levou a questionar: Mas, qual é esta população mineira que estudava na ESAV? A que camadas sociais pertenciam os alunos? Tratavam-se de todos que quisessem estudar? As fontes indicam que sim, mas nem todos teriam acesso a ESAV.

---

<sup>41</sup> Prevê o artigo 171 do regulamento de 1927, que “o número total de alumnos não poderá exceder de vinte (20) por membro do corpo docente”.

Lopes (1995) explica que para compreender se os alunos eram filhos de agricultores necessitaria do questionário de ocupação dos pais, além de saber as condições econômicas da família de origem para garantir a inserção de classe dos alunos. Entretanto, através de algumas análises sobre o status econômico, levantarei indícios de que os alunos esavianos eram provenientes de famílias, no mínimo, da classe média<sup>42</sup>. Para esta análise busco as taxas pagas pelos alunos em 1927. O regulamento de 1927 mostra que um aluno de outra cidade<sup>43</sup> do ensino elementar, pagaria no mínimo<sup>44</sup>, por semestre<sup>45</sup>, 1:150\$000 (Um conto, cento e cinquenta mil réis/semestre; ou 191\$660 – cento e noventa e um mil, seiscentos e sessenta réis/mês); do curso médio 1:165\$000 (Um conto, cento e sessenta e cinco mil réis/semestre; ou 194\$160 – cento e noventa e quatro mil e cento e sessenta réis/mês); e do curso superior 1:210\$000 (Um conto, duzentos e dez mil réis/semestre; ou 201\$670 – duzentos e um mil, seiscentos e setenta réis/mês). Estes valores, se considerados absolutamente, não nos dizem nada. Se transformarmos para a moeda atual sem considerar a inflação e variações cambiais, se desvalorizam a ponto de não representar nada. Entretanto, podemos compará-los a salários de professores e funcionários, o que nos permite uma sólida idéia de quanto representavam.

---

<sup>42</sup> No artigo 31, do regulamento de 1927, encontra-se que por indicação do presidente, poderão ser matriculados até 10 alunos, independente do pagamento da taxa de internato, desde que os candidatos apresentem “reconhecida falta de recursos pecuniários e que tenham manifesta vocação para estudos agrícolas ou sejam filhos de agricultor profissional” (Parágrafo único do art. 31). No art. 32, temos que a congregação poderia conceder matrículas com até 50% de desconto, desde que não ultrapasse 5% do total dos alunos da Escola, desde que “tenham decidida vocação para estudos agrícolas, devendo-se, o quanto possível, contemplar na escolha alumnos procedentes das zonas em que tenham mais importância a agricultura” (parágrafo único do art. 32). Tudo isto demonstra que a Escola estava empenhada em formar agricultores para atuarem em áreas mais produtivas, e que os filhos de fazendeiros eram o público alvo, sendo que não era descartada a presença de alunos carentes, desde que apresentasse elevada vocação para a área agrícola.

<sup>43</sup> Aluno da mesma cidade não pagaria alojamento e nem pensão, abatendo 1:000\$000 por semestre, sendo possível, desta forma, estudar pessoas da cidade com menor poder aquisitivo. Entretanto, devido à falta de escolas públicas, e a dificuldade de acesso ao estudo para esta classe neste momento histórico faz com que pensamos na não permanência de muitos alunos carentes. Agravando o fato, tem-se que a população carente, além de não poder pagar muito pelo estudo, tinha que trabalhar para sustentar a família, tendo desta forma um duplo prejuízo – pagar e deixar de trabalhar. Além do mais, a maioria dos alunos que lá estavam eram provenientes de outras cidades, tendo na primeira turma, entre 25 alunos, apenas 9 de Viçosa.

<sup>44</sup> Falo “no mínimo” porque existem outras taxas, como exames de segunda época, que eventualmente podem acontecer, uma vez que se tratavam de exames difíceis que faziam com que muitos alunos ficassem em exames de segunda época.

<sup>45</sup> Este valor inclui alojamento, pensão, taxa de saúde, taxa de admissão, taxa de frequência semestral, depósito de sinal e garantia.

Um professor catedrático – responsável por determinada disciplina, recebe mensalmente 1:200\$000<sup>46</sup> (Um conto e duzentos mil réis/mês). Geralmente o professor catedrático possuía elevada formação na área, sendo em alguns casos, provenientes do exterior, podendo entender esta quantia como sendo uma considerável remuneração. Se compararmos com as despesas semestrais dos alunos, podemos inferir, mesmo no curso elementar, certa paridade (guardadas as proporções – semestre, para os alunos/mês para os professores), podendo dizer que a população carente não poderia pagar uma quantia semestral equivalente a um mês de salário de um professor catedrático. Outra comparação poderia ser feita com o servente da ESAV que ganhava 180\$000 (cento e oitenta mil réis), sendo que o pagamento mensal de um curso elementar era superior ao salário mensal de um servente.

Neste momento, também temos a inexistência de escolas públicas gratuitas em Viçosa. Inicialmente o processo de escolarização se dá através de mestre-escola, destinado à elite, semelhante ao processo histórico de outras regiões. As primeiras escolas que temos em Viçosa são: Colégio de Viçosa (1913); Colégio Normal Nossa Senhora do Carmo (1914); Grupo Escolar Coronel Antônio da Silva Bernardes (1916<sup>47</sup>). As duas primeiras instituições tratam-se de entidades privadas, destinadas à elite da cidade. Este fato nos indica, mais uma vez, que a população carente até então, estava excluída do meio educacional da cidade; não sendo coerente pensar em presença maciça de alunos de classes populares no início da ESAV.

É importante lembrar que a maioria dos alunos que estudavam na ESAV era proveniente de outras cidades de Minas Gerais. Pensando nesses alunos, que ao deixarem sua cidade natal precisariam de um local para se abrigar em Viçosa, a ESAV nasce com uma estrutura que permite alojar os forasteiros.

---

<sup>46</sup> Valores encontrados no regulamento de 1927.

<sup>47</sup> Criado em 1916, entretanto só instalado em prédio próprio em 1922.

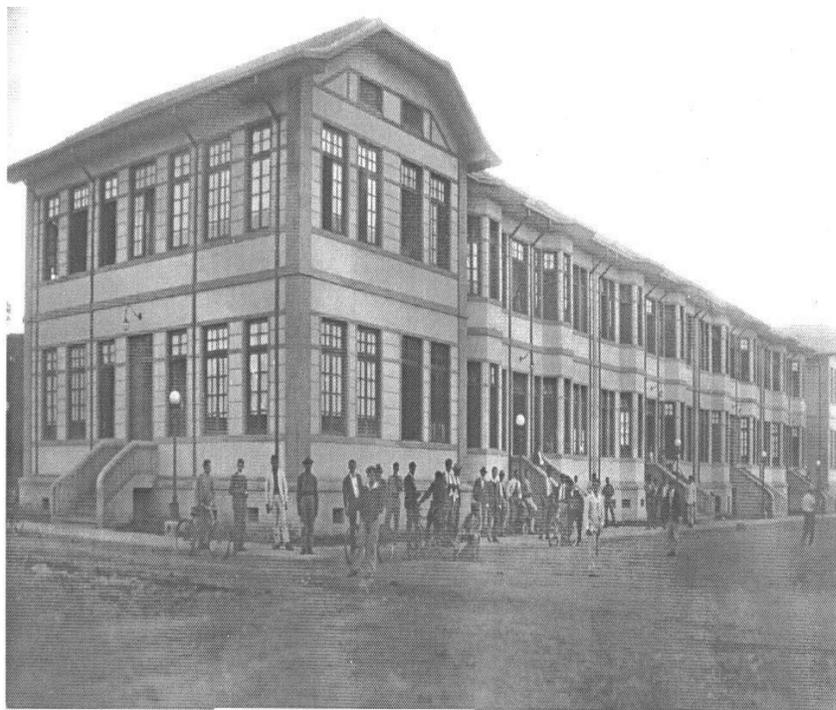


Figura 3: Alojamento dos alunos<sup>48</sup>  
Fonte: Borges & Sabione, 2004, p.20

A modernidade estava estampada na fachada do alojamento, constituindo-se numa grande construção para o período histórico. Constituíam-se de apartamentos com no máximo 5 vagas, divididos em seções, sendo que cada seção abrangia apartamentos em 2 andares. Interiormente os apartamentos possuíam uma sala de estudo, quarto de dormir; e exteriormente um banheiro comunitário para cada andar, em cada seção.

A escola oferecia o internato, semi-internato e externato. Os dois primeiros eram pagos, sendo referente a taxas de internato e de saúde, para o internato; e taxa de pensão para o semi-internato. O internato previa moradia, além das refeições diárias; já o semi-internato, que se destinava aos alunos que queriam passar o dia na escola, oferecia somente as refeições diárias, sendo: almoço, merenda e jantar.

É importante frisar que a escola procurava manter o controle dos alunos, tendo pessoas responsáveis pela portaria do alojamento; não deixando nem o externato de fora, de

---

<sup>48</sup> Em 1928 foram inauguradas as duas primeiras seções do alojamento.